



Concurso Público Celesc S.A.

Edital 001/2024

14 de julho de 2024



Cargo Assistente Social – Nível Superior

Preencha seu nome por extenso, neste espaço.
Item 11.2 do edital

Instruções

1. Confira se o nome impresso no Cartão Resposta corresponde ao seu, e se as demais informações estão corretas. Caso haja qualquer irregularidade, comunique imediatamente ao fiscal. Assine-o no local indicado.
2. A prova é composta por 60 questões objetivas, de múltipla escolha, com cinco alternativas de resposta – A, B, C, D e E – das quais, somente uma deverá ser assinalada como correta. Confira o **CARGO**, a impressão e o número das páginas do Caderno de Prova. Caso necessário, solicite um novo Caderno.
3. As questões deverão ser resolvidas no Caderno de Prova e transcritas para o Cartão Resposta, utilizando caneta esferográfica, tubo transparente, com tinta indelével, de cor preta (preferencialmente) ou azul.
4. Não serão prestados quaisquer esclarecimentos sobre as questões das provas durante a sua realização. O candidato poderá, se for o caso, interpor recurso no prazo definido pelo Edital.
5. O Cartão Resposta não será substituído em caso de marcação errada, rasura ou destaque inadequado.
6. Não será permitido ao candidato manter em seu poder qualquer tipo de equipamento eletrônico ou de comunicação, mesmo que desligado, devendo o mesmo ser colocado **OBRIGATORIAMENTE** no saco plástico. Caso essa exigência seja descumprida, implicará a eliminação do candidato.
7. Todo o material, portado pelo candidato, deve ser acomodado em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova.
8. Também não será permitido qualquer tipo de consulta (livros, revistas, apostilas, resumos, dicionários, cadernos, anotações, régua de cálculo etc.), ou uso de óculos escuros, protetor auricular ou quaisquer acessórios de chapelaria (chapéu, boné, gorro, lenço ou similares), ou o porte de qualquer arma. O não cumprimento dessas exigências implicará a eliminação do candidato.
9. Somente será permitida a sua retirada da sala após uma hora e trinta minutos do início da prova que terá, no máximo, quatro horas de duração. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala até que todos concluem a prova e possam sair juntos.
10. O tempo de resolução das questões objetivas, incluindo o tempo de transcrição para o Cartão Resposta personalizado, é de **QUATRO HORAS**.
11. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao fiscal de sala.
12. Aguarde autorização para entregar o Caderno de Prova e o Cartão Resposta.
13. Diante de qualquer dúvida, comunique-se com o fiscal de sala.

Texto 1

Preconceito linguístico nos meio digital: ele existe?

Por acaso, ao ler o título, o que lhe saltou aos olhos foi o “erro” de concordância em “nos meio digital”? E, a partir dessa constatação, você concluiu que esta reportagem não tem credibilidade e cogitou a possibilidade de não fazer a leitura? Desculpe-nos ser insistentes, car@ leitor@, mas se você se identificou, aí é que precisa lê-la.

Não é novidade que a internet e, conseqüentemente, as redes sociais, estão presentes e influenciam nosso cotidiano. Embora, por um lado, elas tenham ressignificado as formas de nos relacionarmos, por outro, ainda reproduzem algumas condutas comuns nos meios não digitais.

Você já deve ter presenciado alguém ser constrangido pela forma que fala, certo? Da mesma maneira, já deve ter visto algum comentário em postagem de rede social desqualificando a opinião/posição de uma pessoa simplesmente pelo jeito que ela escreve, por não seguir estritamente o que se concebe como “língua padrão”. Em outras palavras, por apresentar variação em relação a ela.

Sejam vídeos que circulam no YouTube sejam as famosas pérolas divulgadas nas redes em época de vestibular, o preconceito linguístico ocorre em diversas situações.

Respondendo à pergunta-título: sim, existe preconceito linguístico nos meios digitais. Muitas pessoas podem “torcer o nariz” para essa questão ou achar que é mais uma invenção de uma geração problematizadora, que não vê humor em situações aparentemente inocentes. Ou, ainda, entender que é uma liberação para todo mundo falar “errado”.

O que essas pessoas não entendem é que o direito linguístico é (ou deveria ser) um direito humano fundamental. Todos deveriam poder se expressar, demonstrar suas emoções, compartilhar suas visões de mundo e transmitir seus conhecimentos sem coerção, da forma que se sentem fluentes e capazes. As pessoas devem se sentir livres para poder falar a sua língua – ou variante dela.

Adaptado de: RODRIGUES, Oscar; ALVES; Rafael. Preconceito linguístico nos meio digital: ele existe? **O Consoante**. 22 julho 2017. Disponível em: <http://oconsoante.com.br/2017/07/22/preconceito-linguistico-nos-meio-digital-ele-existe/>. Acesso em: 03 jun. 2024.

01) Em relação ao Texto 1, analise as afirmativas que seguem.

1. Os autores empregam o solecismo como estratégia discursiva para chamar a atenção dos leitores para o tema do texto.
2. O discurso indireto é adotado no texto para que as ideias fluam de forma mais suave e coesa, em vez de se destacarem como citações diretas.
3. A linguagem coloquial adotada pelos autores é inadequada no contexto de comunicações acadêmico-científicas, ainda que coerente com textos de opinião.
4. A perspectiva dos autores em relação ao papel da linguagem na expressão e perpetuação de preconceitos se revela não apenas pelo conteúdo, mas também na forma.

É **CORRETO** o que se afirma em:

- A) 2, 3.
- B) 1, 2, 3, 4.
- C) 2, 3, 4.
- D) 1, 3, 4.
- E) 1, 4.

Justificativa

Afirmativa 1: Correta. O erro gramatical do título, além de expressões como “o jeito que ela escreve” são exemplos de solecismo usado de forma intencional no texto.

Afirmativa 2: Incorreta. O texto não emprega o discurso indireto, pois não se constrói como uma paráfrase das palavras de outrem.

Afirmativa 3: Correta: O texto é um artigo de opinião que usa a linguagem dialogada e coloquial, a qual não é recomendada em publicações acadêmico-científicas.

Afirmativa 4: Correta: A presença da expressão “car@ leitor@”, além da linguagem simples, demonstra a preocupação em retratar na forma da expressão a ideia de inclusão.

Referência

AZEREDO, José Carlos De. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola, 2021.

BECHARA, Evanildo. **Compreender e interpretar os textos**: Para todo tipo de prova de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020.

Nível	Superior
Disciplina	Português
Eixo Temático	Texto e Discurso
Tema	Leitura e interpretação de textos.
Tópico do Conteúdo	Variedade de textos e adequação de linguagem. Discurso direto e indireto. Figuras de linguagem. Uso de linguagem não violenta.

02) A partir da leitura do Texto 1, é **CORRETO** concluir que:

- A) **As línguas não são homogêneas e as variações linguísticas representam possibilidades válidas de expressão.**
- B) Os autores não dominam o registro formal da língua, por este motivo o texto apresenta desvios da norma culta.
- C) O preconceito linguístico é uma forma de exclusão social, que escapa ao âmbito das comunicações virtuais.
- D) Hoje o preconceito linguístico é absolutamente reconhecido e rechaçado nos meios digitais e não digitais.
- E) Os autores defendem a perspectiva de que as pessoas devem ter o direito de poder falar errado.

Justificativa

Correta: No texto, se afirma que há uma variedade considerada “padrão” juntamente com outras, e que as “pessoas devem se sentir livres para poder falar a sua língua – ou variante dela.”

Incorreta: Ao longo do texto, os autores empregam majoritariamente o registro culto, por exemplo, quanto à concordância e colocação pronominal, sendo empregadas poucas formas distintas do uso culto de maneira proposital pelos autores.

Incorreta: No texto, fica claro que o preconceito linguístico também se manifesta no meio digital.

Incorreta: Conforme o texto, ainda há aqueles que não reconhecem o preconceito linguístico: “Muitas pessoas podem ‘torcer o nariz’ para essa questão ou achar que é mais uma invenção de uma geração problematizadora”.

Incorreta: Os autores demonstram questionar o conceito de “falar errado”, pelo próprio uso do termo entre aspas, pois compreendem a língua como um conjunto de variações, ao mesmo tempo, defendem o direito a todos poderem se expressar em sua variedade linguística.

Referência

BECHARA, Evanildo. **Compreender e interpretar os textos**: Para todo tipo de prova de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020.

Nível	Superior
Disciplina	Português
Eixo Temático	Texto e discurso
Tema	Leitura e interpretação de textos.
Tópico do Conteúdo	Informações literais e inferências.

Texto 2

Ecosistema de aprendizagem on-line: Construções teórico-metodológicas

A cultura digital impacta a relação dicotômica entre ambientes físicos e on-line. O cenário sociotécnico da educação ainda está descompassado em relação às competências digitais e é socialmente segregário. Nesse sentido, desde a revisão sistemática da literatura, identificamos estudos que apontam os ecossistemas de aprendizagem on-line como possíveis estruturas metodológicas congruentes às demandas dessa convergência. A revisão incluiu 206 produções, das quais 14 foram elegíveis a partir do método *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*. Os resultados revelaram que tais ecossistemas impactam e alteram as relações convencionais entre professor e estudante, organização de sala de aula e compreensão dos processos mediados por tecnologias.

FONTE: SANTOS, W. A. C.; MERCADO, L. P. L.; OLIVEIRA, C. A. de. Ecosistema de aprendizagem on-line: Construções teórico-metodológicas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 53, p. e10172, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980531410172>. Acesso em: 03 jun. 2024.

03) Em relação às informações apresentadas no Texto 2, assinale a alternativa que apresenta uma afirmativa **CORRETA**

- A) De acordo com os pesquisadores, as tecnologias digitais aplicadas à educação, além de impactarem a organização da sala de aula, também tem a capacidade de equalizar as relações sociais.
- B) Os pesquisadores identificaram que as competências digitais utilizadas na educação se alinham ao contexto social de uso das tecnologias de comunicação e informação.
- C) O estudo sobre os ecossistemas de aprendizagem on-line foi realizado através de uma revisão sistemática da literatura, cujo resultado incluiu a análise de 206 obras.
- D) Conforme o estudo, a cultura digital ampara a relação de oposição exclusiva na qual se encontram os ambientes digital e físico.
- E) **Já na fase da pesquisa bibliográfica, foi possível verificar que a educação digital apresenta métodos e estratégias que apoiam o estreitamento da relação entre físico e digital.**

Justificativa

Correta: “Já na fase da pesquisa bibliográfica foi possível verificar que a educação digital apresenta métodos e estratégias que apoiam o estreitamento da relação entre físico e digital”. Conforme o texto, a partir da revisão da literatura, foram identificados estudos que apontam que os ecossistemas de aprendizagem on-line são possíveis estruturas metodológicas compatíveis com a necessidade de convergência do físico com o virtual.

Incorreta: “Os pesquisadores identificaram que as competências digitais utilizadas na educação se alinham ao contexto social de uso das tecnologias de comunicação e informação.” O texto menciona que o cenário sociotécnico da educação ainda está descompassado em relação às competências digitais.

Incorreta: “O estudo sobre os ecossistemas de aprendizagem on-line foi realizado através de uma revisão sistemática da literatura, cujo resultado incluiu a análise de 206 obras.” O texto menciona especificamente que a revisão sistemática da literatura incluiu 206 produções, mas, destas, apenas 14 foram elegíveis para compor os resultados da análise.

Incorreta: “De acordo com os pesquisadores, as tecnologias digitais aplicadas à educação, além de impactarem a organização da sala de aula, também tem a capacidade de equalizar as relações sociais.” O texto indica que os processos mediados por tecnologias alteram a organização da sala de aula, mas que o cenário sociotécnico é segregário.

Referência

BECHARA, Evanildo. **Compreender e interpretar os textos**: Para todo tipo de prova de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020.

Nível	Superior
Disciplina	Português
Eixo Temático	Texto e Discurso
Tema	Compreensão e interpretação de textos.
Tópico do Conteúdo	Informações literais e inferências

04) No Texto 2, a expressão “nesse sentido” pode ser substituída sem prejuízo de sentido por:

- A) Em virtude disso.
- B) Portanto.
- C) **Além disso.**
- D) Analogamente.
- E) Desse modo.

Justificativa

Correta: “além disso”. No texto 2, a relação que se apresenta entre as ideias ligadas por “nesse sentido” é de adição e continuidade. Verificou-se uma dicotomia entre o físico digital e identificou-se que ela pode ser superada através de ferramentas digitais de educação.

Incorreta: “portanto”. A relação entre as ideias não é de conclusão, uma ideia não decorre logicamente da outra.

Incorreta: “em virtude disso”. A relação entre as ideias não é de consequência.

Incorreta: “analogamente”. A relação entre as ideias não é analogia.

Incorreta: “desse modo”. A relação entre as ideias não é de conclusão.

Referência

AZEREDO, José Carlos De. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola, 2021.

Nível	Superior
Disciplina	Português
Eixo Temático	Texto e discurso
Tema	Estruturação do texto
Tópico do Conteúdo	Recursos de coesão

05) “O cenário sociotécnico da educação [...] é socialmente segregário.” Sobre a palavra destacada, considere as possibilidades de análise abaixo:

1. Pertence à classe dos substantivos, pois funciona como núcleo do sintagma nominal.
2. Pode ser analisada em: SE- (prefixo que significa “à parte”) + GREG- (radical que significa “pertencente a um grupo”) + -ÁRIO (sufixo que expressa noção de função).
3. Consiste em um neologismo, construído por analogia à palavra “gregário” e com sentido oposto ao desta.

É **CORRETO** apenas o que se afirma em:

- A) 3.
B) 1, 2.
C) 2, 3.
D) 2.
E) 1, 3.

Justificativa

Afirmativa 1: Incorreta. A palavra no contexto é um adjetivo.

Afirmativa 2: Incorreta. A palavra é formada pelo radical “segreg-“ e do sufixo “-ário”.

Afirmativa 3: Correta: O uso adjetivo do termo “segregar” é inovador e segue a mesma lógica de construção do adjetivo. “gregário”, com o qual apresenta relação de antonímia.

Referência

AZEREDO, José Carlos De. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola, 2021.

Nível	Superior
Disciplina	Português
Eixo Temático	Léxico
Tema	Morfologia
Tópico do Conteúdo	Classes de palavras. Estrutura do vocábulo. Formação de palavras.

06) Assinale a afirmativa **CORRETA** sobre o uso da palavra “ecossistemas” no Texto 2.

- A) Trata-se de uma palavra na qual ocorreu uma catacrese, devido à mudança do significado original por esmaecimento do sentido original.
- B) Trata-se de uso denotativo do termo, pois refere-se ao conjunto das relações de interdependência que seres estabelecem entre si e com o ambiente que os cerca.
- C) É um exemplo braquilogia, pois, no texto, emprega-se uma expressão mais curta, equivalente a outra mais ampla ou de estruturação mais complexa.
- D) É um caso de hiperonímia, pois o termo expressa, de uma forma mais abrangente, o sentido de “ambientes digitais de aprendizagem”.
- E) **Representa um uso figurado da palavra, consistindo em uma metáfora que relaciona a complexidade das relações na ecologia às da educação digital.**

Justificativa

Correta: O termo “ecossistemas” é usado em sentido metafórico, pois é a apropriação de um termo da ecologia, que descreve relações complexas entre seres e ambientes, aplicado para descrever as relações entre atores e sistemas na educação digital.

Incorreta: O uso do termo é conotativo e não denotativo ou literal.

Incorreta: Braquilogia é uma forma abreviada de uma expressão, não se aplica ao caso.

Incorreta: Não há relação de hiponímia ou hiperonímia, mas de uma comparação.

Incorreta: Não se trata de emprego por mudança de sentido, mas sim a aplicação de sentido metafórico.

Referência

BECHARA, Evanildo. **Compreender e interpretar os textos**: Para todo tipo de prova de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020.

AZEREDO, José Carlos De. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola, 2021.

Nível	Superior
Disciplina	Português
Eixo Temático	Texto e Discurso
Tema	Semântica
Tópico do Conteúdo	Figuras de linguagem

07) Qual item abaixo **NÃO** se refere à qualidade do produto energia elétrica, segundo os procedimentos de distribuição de energia elétrica da Aneel (PRODIST, 2021):

- A) Variação de tensão em regime permanente.
- B) **Potência instalada.**
- C) Harmônicas.
- D) Variação de frequência.
- E) Fator de potência.

Justificativa

Os aspectos considerados pela Aneel para avaliar a qualidade do produto energia elétrica são apresentados no Anexo VIII da Resolução Normativa Aneel n.º 956, de 7 de dezembro de 2021 – Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica – PRODIST (Módulo 8 – Qualidade de Fornecimento de Energia Elétrica). A potência instalada da edificação não é considerada. Todos os demais itens são considerados.

Referência

LEGISLAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO. PRODIST – Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica (Módulo 8 - Qualidade de Fornecimento de Energia Elétrica). Resolução Normativa Aneel n.º 956, de 7 de dezembro de 2021.

Nível	Superior
Disciplina	Distribuição e transmissão de energia elétrica
Eixo Temático	Planejamento de redes de distribuição
Tema	Qualidade na distribuição de energia elétrica. Indicadores de continuidade
Tópico do Conteúdo	Qualidade do serviço energia elétrica

08) Atualmente, no Brasil, existem diversos agentes atuando no mercado de energia elétrica e, dentre estes, destaca-se o que a Aneel define como: “[...] pessoa jurídica ou consórcio de empresas que recebe concessão ou autorização para explorar aproveitamento hidrelétrico ou central geradora termelétrica e respectivo sistema de transmissão associado e para comercializar, no todo ou em parte, a energia produzida por sua conta e risco”. Esta definição corresponde ao:

- A) Comercializador de energia.
- B) Cogenerador.
- C) **Produtor independente de energia.**
- D) Autoprodutor.
- E) Agente importador de energia.

Justificativa

Esta definição está no Anexo I da Resolução Normativa Aneel n.º 956, de 7 de dezembro de 2021 – Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica – PRODIST (Módulo 1 – Glossário de Termos Técnicos do PRODIST).

Referência

LEGISLAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO. PRODIST – Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica (Módulo 1 - Glossário de Termos Técnicos). Resolução Normativa Aneel n.º 956, de 7 de dezembro de 2021.

Nível	Superior
Disciplina	Distribuição e transmissão de energia elétrica
Eixo Temático	Planejamento de redes de distribuição
Tema	Agentes do sistema elétrico
Tópico do Conteúdo	Legislação do setor elétrico brasileiro

09) Por meio do controle das interrupções e da apuração dos indicadores de continuidade de serviço, as distribuidoras, os consumidores, as centrais geradoras e a Aneel, podem avaliar a qualidade do serviço prestado e o desempenho do sistema elétrico. Um destes indicadores utilizados pela Aneel é baseado em um indicador internacional, denominado SAIDI – System Average Interruption Duration Index. O indicador de continuidade Aneel equivalente ao SAIDI é:

- A) DMIC.
- B) FEC.
- C) DICRI.
- D) **DEC.**
- E) FIC.

Justificativa

O indicador de continuidade DEC significa Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, sendo equivalente ao SAIDI.

Referência

LEGISLAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO. PRODIST – Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica (Módulo 8 - Qualidade de Fornecimento de Energia Elétrica). Resolução Normativa Aneel n.º 956, de 7 de dezembro de 2021.

Nível	Superior
Disciplina	Distribuição e transmissão de energia elétrica
Eixo Temático	Planejamento de redes de distribuição
Tema	Qualidade na distribuição de energia elétrica. Indicadores de continuidade
Tópico do Conteúdo	Qualidade do serviço energia elétrica

10) Com relação ao processo de reestruturação do setor elétrico brasileiro, ocorrido na década de 1990, analise as afirmações abaixo:

- I. Houve uma desverticalização da indústria de energia elétrica, separando-se os segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.
- II. Introduziu-se competição nas atividades de geração e comercialização de energia elétrica.
- III. As atividades de transmissão e distribuição de energia continuaram estatais.
- IV. Um dos objetivos da reestruturação foi garantir a expansão da capacidade instalada do sistema elétrico.

As opções acima que estão **CORRETAS** são:

- A) **I, II e IV.**
- B) II, III e IV.
- C) I, III e IV.
- D) III e IV.
- E) Todas estão corretas.

Justificativa

A maior parte das distribuidoras e transmissoras de energia elétrica no Brasil foram privatizadas. Assim, a única afirmação incorreta é a afirmação III.

Referência

SILVA, Edson Luiz da. **Formação de preços em mercados de energia elétrica**. RS: editora Sagra-Luzzatto. 2001.

Nível	Superior
Disciplina	Estruturação do setor elétrico e mercado de energia elétrica
Eixo Temático	Histórico da reestruturação
Tema	Histórico
Tópico do Conteúdo	Legislação do setor elétrico brasileiro

11) A Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica exerce diversas atribuições importantes dentro do atual modelo do setor elétrico brasileiro. Dentre as afirmações abaixo, assinale qual NÃO é uma atribuição da Aneel:

- A) Promover as atividades de outorgas de concessão, permissão e autorização de empreendimentos e serviços de energia elétrica.
- B) Regular as atividades do setor elétrico brasileiro.
- C) Fiscalizar as concessões, permissões e os serviços de energia elétrica.
- D) Estabelecer tarifas.
- E) **Controlar a operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional.**

Justificativa

Controlar a operação do Sistema Interligado Nacional é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). As demais são atribuições da Aneel, constantes em seu estatuto e definidas pela Lei n.º 9.427, de 26 de dezembro de 1996 e pelo Decreto n.º 2.335, de 06 de outubro de 1997.

Referência

LEGISLAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO. Lei n.º 9.427, de 26 de dezembro de 1996.

Nível	Superior
Disciplina	Estruturação do setor elétrico e mercado de energia elétrica
Eixo Temático	Histórico da reestruturação
Tema	Agentes do sistema elétrico
Tópico do Conteúdo	Legislação do setor elétrico brasileiro

12) Sobre a geração distribuída no Brasil, assinale a afirmação abaixo que **NÃO** está **CORRETA**.

- A) O sistema de compensação de energia elétrica, o qual permite que os consumidores com sistemas de geração distribuída fotovoltaica possam injetar a energia excedente na rede elétrica e obter créditos da concessionária, foi estabelecido inicialmente pela Resolução Normativa Aneel n.º 482, de 2012.
- B) **A energia elétrica gerada de forma distribuída pelos sistemas fotovoltaicos pode ser comercializada livremente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, de acordo com a legislação atual brasileira.**
- C) A Resolução Normativa Aneel n.º 687, de 2015, ampliou as regras estabelecidas pela Resolução Normativa Aneel n.º 482, de 2012, introduzindo novas modalidades de geração distribuída, tais como a geração compartilhada.
- D) A Lei n.º 14.300, de 2022, instituiu o marco legal da microgeração e da minigeração, o sistema de compensação de energia elétrica e o programa de energia renovável social.
- E) Conforme a Lei n.º 14.300, de 2022, a minigeração distribuída é definida como a central geradora que possua potência instalada, em corrente alternada, maior que 75 kW e menor ou igual a 3 MW para as fontes não despacháveis.

Justificativa

De acordo com a legislação atual, a energia gerada de forma distribuída pelos sistemas fotovoltaicos não pode ser comercializada, mas sim o seu excedente pode ser injetado na rede de distribuição, sendo que o consumidor pode receber créditos. Este sistema é chamado de sistema de compensação de energia e foi criado inicialmente pela Resolução Aneel n.º 482/2012, e depois aperfeiçoado pela Lei n.º 14.300/2022. A minigeração distribuída foi definida pela Lei 14.300/2022, sendo classificada de 75 kW até 3 MW para as fontes não despacháveis, como é a geração distribuída fotovoltaica.

Referência

Nível	Superior
Disciplina	Distribuição e transmissão de energia elétrica
Eixo Temático	Planejamento de redes de distribuição
Tema	Qualidade na distribuição de energia elétrica. Indicadores de continuidade
Tópico do Conteúdo	Qualidade do serviço energia elétrica

13) Amanda, Bruna e Camila ganharam um prêmio em dinheiro por formarem a equipe com o melhor rendimento trimestral na empresa em que trabalham. Elas resolveram dividir o prêmio de R\$12.580,00 em partes inversamente proporcionais aos seus salários. O salário de Amanda equivale a 8 salários-mínimos, o de Bruna, a 10 salários-mínimos e o de Camila a 12 salários-mínimos. Quanto coube a Camila receber do prêmio?

- A) R\$ 3.352,00.
- B) R\$ 3.400,00.
- C) R\$ 4.080,00.
- D) R\$ 5.028,00.
- E) R\$ 5.100,00.

Justificativa

Se o valor do prêmio é dividido em partes inversamente proporcionais aos salários, temos:

Amanda + Bruna + Camila = 12.580.

Amanda, Bruna e Camila são inversamente proporcionais aos números 8, 10 e 12, respectivamente.

Assim,

$$\text{Amanda} = \frac{k}{8}, \text{Bruna} = \frac{k}{10}, \text{Camila} = \frac{k}{12}.$$

Substituindo esses valores na equação Amanda + Bruna + Camila = 12.580, obtemos:

$$\frac{k}{8} + \frac{k}{10} + \frac{k}{12} = 12.580$$

$$\left(\frac{1}{8} + \frac{1}{10} + \frac{1}{12}\right)k = 12.580$$

$$\left(\frac{15+12+10}{120}\right)k = 12.580$$

$$\left(\frac{37}{120}\right)k = 12.580$$

$$k = 40.800$$

Então,

$$\text{Camila} = \frac{k}{12} = \frac{40.800}{12} = 3.400$$

Referência

SILVEIRA, Ênio. **Matemática**: compreensão e prática. 3. ed. Moderna, 2015.

Nível	Superior
Disciplina	Matemática
Eixo Temático	Álgebra
Tema	Proporção
Tópico do Conteúdo	Sequências de números inversamente proporcionais

14) Entre 10 moradores de um condomínio, quatro afirmam ter animais domésticos. Três moradores são escolhidos ao acaso. Qual a probabilidade de pelo menos dois terem animais domésticos?

- A) 1/2.
- B) 1/3.
- C) 1/4.
- D) 2/3.
- E) 3/4.

Justificativa

Se três moradores são escolhidos ao acaso entre os 10, então temos um total de possibilidades formado por uma combinação.

$$\binom{10}{3} = 120.$$

O evento A que nos interessa é formado por todas as combinações tais que, em cada uma, há 2 ou 3 moradores que afirmam ter animais domésticos.

$$A = \binom{4}{2}\binom{6}{1} + \binom{4}{3} = 40. \text{ Assim,}$$

$$P(A) = \frac{40}{120} = \frac{1}{3}$$

Referência

HAZZAN, Samuel. **Fundamentos de matemática elementar, 5**: combinatória, probabilidade. 8. ed. São Paulo: Atual, 2013.

Nível	Superior
Disciplina	Matemática
Eixo Temático	Estatística e probabilidade
Tema	Probabilidade
Tópico do Conteúdo	Probabilidade de um evento num espaço equiprovável

15) Ao comprar um produto à vista, obtive um desconto de R\$ 125,00, que corresponde a 12% do preço original. O valor pago pelo produto foi de:

- A) R\$ 937,50.
- B) R\$ 967,50.
- C) R\$ 1.041,66.
- D) R\$ 1.040,00.
- E) R\$ 1.166,66.

Justificativa

O valor pago pelo produto corresponde a 90% do valor original, logo:

$$12\% \longrightarrow \text{R}\$125,00$$

$$90\% \longrightarrow (\text{valor pago})$$

$$(\text{valor pago}) = (125 \times 90) / 12$$

$$(\text{valor pago}) = \text{R}\$937,50$$

Referência

SILVEIRA, Ênio. **Matemática**: compreensão e prática. 3. ed. Moderna, 2015.

Nível	Superior
Disciplina	Matemática
Eixo Temático	Álgebra

Tema	Porcentagens
Tópico do Conteúdo	Descontos e acréscimos

16) Uma pesquisa de opinião coletou dados de x indivíduos. Entre os participantes, 32% eram mulheres. Entre os homens, 75% possuíam nível universitário. Qual alternativa representa, em função de x , a quantidade de homens entrevistados que não possuem formação universitária?

- A) $0,83x$
- B) $0,08x$
- C) $0,2176x$
- D) $0,24x$
- E) $0,17x$

Justificativa

De acordo com o enunciado, há $0,32x$ mulheres, logo a porcentagem de homens é $0,68x$. Entre os homens, 75% têm nível universitário, logo 25% não. Assim, o número de homens sem formação universitária é: $(0,25)0,68x = 0,17x$.

Referência

IEZZI, Gelson. **Fundamentos de matemática elementar, 11**: matemática comercial, matemática financeira, estatística descritiva. 9. ed. São Paulo: Atual, 2013.

Nível	Superior
Disciplina	Matemática
Eixo Temático	Álgebra
Tema	Porcentagens
Tópico do Conteúdo	Porcentagens

17) Um fotógrafo profissional precisa organizar suas fotos de acordo com a data em que foram tiradas. Assinale a alternativa **CORRETA**, que apresenta a ferramenta do Windows a qual ele pode utilizar para realizar essa tarefa de forma eficiente.

- A) Prompt de Comando.
- B) Gerenciador de Arquivos.
- C) Explorador de Arquivos (com visualização em detalhes).
- D) Painel de Comando.
- E) Software de Edição de Fotos.

Justificativa

A alternativa A está incorreta, pois o Prompt de Comando é uma ferramenta baseada em texto, que pode ser utilizada para executar comandos e automatizar tarefas. Embora seja possível organizar arquivos por data usando o Prompt de Comando, o processo seria mais complexo e menos intuitivo do que usar o Explorador de Arquivos.

A alternativa C é a correta, pois o Explorador de Arquivos no Windows oferece uma visualização em detalhes que permite visualizar e organizar arquivos por diferentes colunas, incluindo a data de criação. Essa funcionalidade é ideal para organizar fotos por data, pois permite visualizar rapidamente a data em que cada foto foi tirada e agrupá-las de acordo com essa informação.

A alternativa B está incorreta, pois o Gerenciador de Arquivos é um termo genérico que pode se referir a diferentes ferramentas de gerenciamento de arquivos, incluindo o Explorador de Arquivos. A resposta não especifica qual ferramenta específica do Gerenciador de Arquivos seria a mais adequada para a tarefa.

A alternativa D está incorreta, pois o Painel de Controle fornece acesso a diversas configurações do sistema Windows, mas não possui funcionalidades específicas para organizar arquivos.

A alternativa E está incorreta, pois Softwares de edição de fotos geralmente focam na edição e manipulação de imagens, e não em sua organização. Embora alguns softwares possam oferecer recursos de organização por data, o Explorador de Arquivos do Windows já fornece essa funcionalidade de forma integrada.

Referência

CUNHA, R. O. **Windows 10 do Zero**. Editora Ricardo Oliveira, 2022.
RATHBONE, A. **Windows 10 para Leigos**. Alta Books, 2016.

Nível	Superior
Disciplina	Informática
Eixo Temático	Microsoft Word
Tema	Barra de Ferramentas do Word
Tópico do Conteúdo	Comandos do Word

18) Uma empresa de marketing digital está explorando o uso de inteligência artificial (IA) generativa para melhorar suas campanhas publicitárias. A equipe está discutindo como essa tecnologia pode ser utilizada para criar conteúdo personalizado e interativo para seus clientes, além de otimizar o processo criativo, economizando tempo e recursos. Assinale a alternativa **CORRETA**, que traz a aplicação da IA generativa mais adequada para uma empresa de marketing digital que deseja melhorar suas campanhas publicitárias.

- A) Usar IA generativa para produzir e-mails de marketing altamente personalizados e segmentados.
- B) Utilizar IA generativa para criar estratégias de SEO (Search Engine Optimization) personalizadas.
- C) Implementar IA generativa para gerenciar o atendimento ao cliente via chatbots.
- D) Aplicar IA generativa para automatizar processos de recrutamento e seleção de novos funcionários.
- E) Empregar IA generativa para desenvolver softwares de contabilidade interna.

Justificativa

A alternativa A é a correta, pois a IA generativa pode analisar grandes volumes de dados sobre os comportamentos e preferências dos clientes, criando e-mails de marketing altamente personalizados e segmentados, o que pode aumentar significativamente as taxas de abertura e engajamento. Esta aplicação alinha-se diretamente com o objetivo da empresa de melhorar suas campanhas publicitárias, tornando-as mais eficazes e atraentes para o público-alvo.

A alternativa B está incorreta, pois, embora a IA possa ajudar na análise de dados e na geração de insights para SEO, essa tarefa geralmente requer uma compreensão mais profunda dos algoritmos de busca e tendências, algo que vai além das capacidades típicas da IA generativa focada na criação de conteúdo.

A alternativa C está incorreta, pois, embora os Chatbots baseados em IA sejam úteis para atendimento ao cliente, isso não está diretamente relacionado com a melhoria de campanhas publicitárias. O foco aqui é na interação e suporte ao cliente, não na criação de conteúdo publicitário.

A alternativa D está incorreta, pois, embora a automação de recrutamento e seleção possa ser beneficiada pela IA, isso não contribui diretamente para o objetivo de melhorar campanhas publicitárias, que é a necessidade específica da empresa de marketing digital.

A alternativa E está incorreta, pois a aplicação da IA na contabilidade interna está fora do escopo das campanhas publicitárias e do marketing digital. Esse uso é mais voltado para a eficiência operacional interna da empresa, não para a criação de conteúdo de marketing.

Referência

CARRARO, F. **Inteligência Artificial e Chat GPT**. Casa do Código – Alura, 2023.

LEÃO, L. **Inteligência Artificial Generativa: modo de usar**. Clube dos Autores, 2023. e-book.

MOURA, F. **Futuro da IA Generativa**. Clube dos Autores, 2023.

Nível	Superior
Disciplina	Informática
Eixo Temático	Business Intelligence
Tema	Inteligência Artificial
Tópico do Conteúdo	Inteligência Artificial Generativa

19) Durante um treinamento interno, os funcionários de uma empresa estão aprendendo a usar o Excel para melhorar suas habilidades em análise de dados. O instrutor explica a diferença entre fórmulas e funções e demonstra como usá-las para realizar cálculos e análises de forma eficiente. Assinale a alternativa que descreve **CORRETAMENTE** o uso da função PROCV no Excel.

- A) A função PROCV é usada para concatenar (juntar) texto de várias células em uma única célula.
- B) A função PROCV é usada para calcular a média de um intervalo de células.
- C) A função PROCV é empregada para contar o número de células que contêm números em um intervalo.
- D) A função PROCV é utilizada para procurar um valor em uma coluna e retornar um valor em uma linha correspondente.
- E) A função PROCV é utilizada para aplicar formatação condicional com base em critérios específicos.

Justificativa

A alternativa D é a correta, pois a função VLOOKUP (Vertical Lookup) no Excel é usada para procurar um valor específico em uma coluna (primeira coluna de um intervalo) e retornar um valor na mesma linha de uma coluna especificada. É amplamente utilizada para buscar dados em tabelas organizadas verticalmente.

A alternativa A está incorreta, pois a função usada para concatenar texto de várias células é a função CONCATENATE (ou CONCAT no Excel mais recente), e não a VLOOKUP.

A alternativa B está incorreta, pois a função utilizada para calcular a média de um intervalo de células é a função AVERAGE, não a VLOOKUP. A VLOOKUP é especificamente para buscas de valores.

A alternativa C está incorreta, pois a função COUNT é usada para contar o número de células que contêm números em um intervalo. A VLOOKUP não realiza contagens.

A alternativa E está incorreta, pois a formatação condicional é uma funcionalidade do Excel que permite aplicar formatação a células que atendem a certos critérios, mas não é realizada pela função VLOOKUP. A formatação condicional é configurada através da ferramenta específica no menu "Formatação Condicional".

Referência

GONÇALVES, R. **O Grande Livro do Excel** – intermediário e avançado. Camelot Editora, 2021.

JELÉN, B., SYRSTAD, T., AMORIM, R. **Microsoft Excel 2019: VBA e Macros**. Alta Books, 2021.

SABINO, R. **Excel Básico para o mundo do trabalho**. SENAC São Paulo, 2019.

Nível	Superior
Disciplina	Informática
Eixo Temático	Excel
Tema	Ferramentas do Excel
Tópico do Conteúdo	Fórmulas

20) Uma empresa de tecnologia está realizando um workshop para seus funcionários sobre segurança cibernética, e um dos temas refere-se aos diferentes tipos de ameaças digitais, destacando suas características e impactos no ambiente corporativo. Assinale a alternativa que descreve **CORRETAMENTE** a ameaça que se caracteriza por sequestrar dados, exigindo um resgate financeiro para liberar o acesso a esses dados.

- A) Spyware.
- B) Ransomware.
- C) Vírus.
- D) Malware.
- E) Phishing.

Justificativa

A alternativa B é a correta, pois Ransomware é um tipo de malware que criptografa os dados da vítima e exige um pagamento (resgate) para liberar o acesso a esses dados. Ele é projetado especificamente para extorquir dinheiro das vítimas, tornando seus arquivos inacessíveis até que o resgate seja pago.

A alternativa A está incorreta, pois Spyware é um tipo de software malicioso que se infiltra em um sistema para coletar informações sobre o usuário sem o seu conhecimento. Ele monitora e transmite dados como hábitos de navegação, credenciais de login e outras informações sensíveis, mas não sequestra dados para exigir resgate.

A alternativa C está incorreta, pois Vírus é um tipo de malware que se replica e se espalha para outros arquivos ou programas dentro de um sistema. Ele pode danificar arquivos e sistemas, mas sua principal característica não é exigir um resgate financeiro.

A alternativa D está incorreta, pois o Malware é um termo genérico que engloba qualquer software malicioso, incluindo vírus, spyware, ransomware e outros. Embora ransomware seja uma categoria de malware, o termo "malware", por si só, não especifica o sequestro de dados e a exigência de resgate.

A alternativa E está incorreta, pois Phishing é uma técnica de engenharia social usada para enganar as pessoas para fornecerem informações sensíveis, como senhas e números de cartão de crédito, geralmente através de e-mails falsos ou sites fraudulentos. Não envolve o sequestro de dados e a exigência de resgate.

Referência

MITNICK, K.; SIMON, W.L. **A arte de enganar ataques de hackers**: controlando o fator humano na segurança da informação. Pearson Universidades, 2003.

WEIDMAN, G. **Testes de invasão**: uma introdução prática ao hacking. Novatec Editora, 2014.

WINDT, E., JORGE, H. **Crimes Cibernéticos**: ameaças, procedimentos e investigação. 3. ed. Brasport, 2021.

Nível	Superior
Disciplina	Informática
Eixo Temático	Segurança da Informação
Tema	Conceitos e Definições
Tópico do Conteúdo	Ameaças mais comuns

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21) Prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, constitui:

- A) Princípios da Política Nacional de Assistência Social.
- B) Objetivos da Política Nacional de Assistência Social.
- C) Diretrizes da Política Nacional de Assistência Social.
- D) Objetivos da Proteção Social Especial.
- E) **Objetivos da Proteção Social Básica.**

Justificativa

Alternativa E, CORRETA. Conforme item 2.5.1 da Política Nacional de Assistência Social, de setembro de 2004. Alternativas A, B, C e D estão INCORRETAS. Os princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Assistência Social estão citados nos itens 2.1, 2.2 e 2.3 da PNAS, enquanto o item 2.5.2 trata da Proteção Social Especial.

Referência

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: maio de 2009. Biblioteca Digital do Disponível em: <https://www.bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/1034/1/PNAS2004.pdf>
Acesso em: 09 junho de 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Serviço Social
Eixo Temático	Política Social
Tema	Política de Assistência Social
Tópico do Conteúdo	Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

22) De acordo com o Título IV – Da observância, Penalidades, Aplicação e Cumprimento do Código de Ética da/o Assistente Social, Art. 24, as penas só poderão ser aplicadas após transitar em julgada a decisão, proferida pelo Conselho Regional de Serviço Social, ou então, modificada, em grau recursal, pelo Conselho Federal de Serviço Social. A penalidade a ser aplicada deve ser proporcional à conduta praticada. Uma das penalidades é a “advertência reservada”. Sobre essa penalidade, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) **É uma penalidade que tem natureza pecuniária.**
- B) É uma pena que tem caráter sigiloso.
- C) Tal pena, em geral, é aplicada na sede do Conselho Regional.
- D) As orientações e reflexões serão registrados em um termo próprio, onde será consignado que o penalizado foi advertido, bem como o teor da referida orientação.
- E) Ao final, será redigido o Termo de Advertência Reservada.

Justificativa

A alternativa A, INCORRETA. A única penalidade que tem natureza pecuniária é a “multa” conforme dispõe o Art. 24 do Código de Ética da/o Assistente Social.

Referência

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. Código de ética do/a assistente social - Comentado. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (organizador). São Paulo: Cortez, 2012.

Nível	Superior
Disciplina	Serviço Social
Eixo Temático	Código de Ética Profissional da/o Assistente Social

Tema	Código de Ética Profissional da/o Assistente Social
Tópico do Conteúdo	Penalidades, Aplicação e Cumprimento do Código de Ética

23) Analise as afirmativas abaixo:

- I. A utilização do número do registro precedida da indicação do Conselho Regional de Serviço Social, onde o profissional está inscrito, é obrigação que emerge do exercício profissional, alcançando todos os documentos produzidos por este em sua atividade profissional.

PORQUE:

- II. É um dever da/o Assistente Social

Sobre essas duas afirmativas, é **CORRETO** afirmar que:

- A) A primeira é uma afirmativa falsa; e a segunda, verdadeira.
 B) As duas são verdadeiras, mas não estabelecem relação entre si.
 C) **As duas são verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.**
 D) A primeira é uma verdadeira; e a segunda falsa.
 E) As duas são falsas.

Justificativa

Alternativa C, CORRETA. De acordo com o Código de Ética da/o Assistente Social Art. 3 – São deveres da/o Assistente Social – b) utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão.

Alternativas B, INCORRETA. Pois as duas estabelecem relação entre si.

Alternativas A, D e E, INCORRETAS. Pois as duas estão corretas e relacionadas entre si.

Referência

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. Código de ética do/a assistente social - Comentado. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (organizador). São Paulo: Cortez, 2012.

Nível	Superior
Disciplina	Serviço Social
Eixo Temático	Código de Ética Profissional da/o Assistente Social
Tema	Código de Ética da/o Assistente Social.
Tópico do Conteúdo	Deveres da/o Assistente Social

- 24) “Articular a profissão e a realidade é um dos maiores desafios, pois entende-se que o Serviço Social não atua apenas sobre a realidade, mas atua na realidade. Nesta perspectiva, compreende-se que as análises de conjuntura – com o foco privilegiado na questão social -, não são apenas o pano de fundo que emolduram o exercício profissional; ao contrário, são partes constitutivas da configuração do trabalho do Serviço Social, devendo ser apreendidas como tais. O esforço está, portanto, em romper qualquer relação de exterioridade entre profissão e realidade, atribuindo-lhe a centralidade que deve ter no exercício profissional.” (IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 1998, p. 55).

Para essa autora, o que adquire um peso privilegiado no Serviço Social?

- A) A práxis social.
 B) O trabalho em grupo.
 C) **A investigação.**
 D) A dimensão ético-política.
 E) O trabalho individual.

Justificativa

Alternativa C, CORRETA. Conforme Iamamoto (1998, p. 55), a investigação adquire um peso privilegiado no Serviço Social: o reconhecimento das atividades de pesquisa e do espírito indagativo como condições essenciais ao exercício profissional.

Alternativa A, B, D e E estão INCORRETAS pois a autora não menciona essas categorias como um peso privilegiado no Serviço Social.

Referência

IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 1998.

Nível	Superior
Disciplina	Serviço Social
Eixo Temático	Fundamentos Históricos e Teóricos do Serviço Social
Tema	Serviço Social na Contemporaneidade.
Tópico do Conteúdo	Serviço Social na Contemporaneidade na relação com a pesquisa.

25) A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), define, na Seção II – “Das Diretrizes”, em seu Art. 5º, a organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes, as quais são:

- I. Universalização dos direitos sociais.
- II. Descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo.
- III. Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
- IV. Divulgação ampla de benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais.
- V. Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de Assistência Social em cada esfera de governo.

A alternativa que apresenta a sequência **CORRETA** é:

- A) I, II, V.
- B) I, II, III.
- C) I, II, IV.
- D) III, IV, V.
- E) **II, III, V.**

Justificativa

Estão CORRETAS as afirmações II, III e V, conforme o Art. 5 da Lei nº 8.742/1993, que estabelece as “diretrizes para organização da assistência social”.

Estão INCORRETAS as afirmações I e IV, pois são os “princípios” da LOAS.

Referência

BRASIL, Lei Orgânica de Assistência Social Anotada. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2009.

Nível	Justificativa
Disciplina	Estão INCORRETAS as afirmações I e IV, pois são os “princípios” da LOAS.
Eixo Temático	
Tema	Referência
Tópico do Conteúdo	BRASIL, Lei Orgânica de Assistência Social Anotada. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2009.

26) A vigilância socioassistencial consiste no desenvolvimento da capacidade e de meios de gestão assumidos pelo órgão público gestor da Assistência Social para conhecer a presença das formas de vulnerabilidade social da população e do território pelo qual é responsável. A respeito da função de vigilância social no âmbito da Assistência Social é **INCORRETO** afirmar:

- A) Identifica a incidência de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos vítimas de formas de exploração, de violência, de maus tratos e de ameaças e identifica a incidência de vítimas de apartação social, que lhes impossibilite sua autonomia e integridade, fragilizando sua existência.

- B) Produz, sistematiza informações, constrói indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social, que incidem sobre famílias / pessoas, nos diferentes ciclos de vida (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos).
- C) Identifica pessoas com redução da capacidade pessoal, com deficiência ou em abandono.
- D) **Caráter público de co-responsabilidade e complementariedade entre as ações governamentais e não-governamentais de Assistência Social evitando paralelismo, fragmentação e dispersão de recursos.**
- E) Exerce vigilância sobre os padrões de serviços de Assistência Social, em especial aqueles que operam na forma de albergues, abrigos, residências, semi-residências, moradias provisórias para os diversos segmentos etários.

Justificativa

Alternativa D, INCORRETA. Conforme Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS (2009, p. 95), se refere a rede socioassistencial se organizará a partir de parâmetros.

Alternativa A, B, C e E CORRETAS. Conforme NOB/SUAS (2009, p. 93).

Referência

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: maio de 2009. Biblioteca Digital do Disponível em: <https://www.bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/1034/1/PNAS2004.pdf>

Acesso em: 09 junho de 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Serviço Social
Eixo Temático	Política Social
Tema	Política de Assistência Social
Tópico do Conteúdo	Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

27) A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS apresenta os eixos estruturantes da gestão do SUAS. A respeito destes eixos, é **CORRETO** afirmar:

- I. Precedência da gestão pública da política e alcance de direitos socioassistenciais pelos usuários.
- II. Matricialidade sociofamiliar, territorialização; e. descentralização político-administrativa e financiamento partilhado entre os entes federados.
- III. Participação popular/cidadão usuário; qualificação de recursos humanos e informação, monitoramento, avaliação e sistematização de resultados
- IV. Fortalecimento da relação democrática entre estado e sociedade civil e valorização da presença do controle social.
- V. Referenciado por normas operacionais básicas que estabeleçam padrões de desempenho, padrões de qualidade e referencial técnico-operativo.

A alternativa que apresenta sequência **CORRETA** é:

- A) I, III, IV, V.
- B) **I, II, III, IV.**
- C) III, II, IV, V.
- D) I, II, IV, V.
- E) I, II, III, V.

Justificativa

Alternativa I, II, III e IV CORRETA. Conforme enunciado a NOB/SUAS apresenta os eixos estruturantes do SUAS.

Alternativa V, INCORRETA. Referenciado por normas operacionais básicas que estabeleçam padrões de desempenho, padrões de qualidade e referencial técnico-operativo é um dos princípios organizativos do SUAS.

Referência

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: maio de 2009. Biblioteca Digital do Disponível em: <https://www.bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/1034/1/PNAS2004.pdf>

Acesso em: 09 junho de 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Serviço Social
Eixo Temático	Política Social
Tema	Política de Assistência Social
Tópico do Conteúdo	Política Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

28) Analise as afirmativas abaixo:

- I. A Política Pública de Assistência Social realiza-se de forma não integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais.

PORQUE:

- II. Visa seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais

Sobre essas duas afirmativas, é **CORRETO** afirmar que:

- A) A primeira é falsa, e a segunda é verdadeira.
 B) As duas são verdadeiras, mas não estabelecem relação entre si.
 C) A primeira é uma afirmativa verdadeira; e a segunda, falsa.
 D) As duas são verdadeiras, e a segunda justifica a primeira.
 E) As duas são falsas.

Justificativa

Alternativa A, CORRETA. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS a primeira é falsa pois – a Política Pública de Assistência Social realiza-se sim de forma integrada às políticas setoriais. E a segunda é verdadeira conforme o item 2.3 dos Objetivos da PNAS.

Referência

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: maio de 2009. Biblioteca Digital do Disponível em: <https://www.bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/1034/1/PNAS2004.pdf>

Acesso em: 09 junho de 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Serviço Social
Eixo Temático	Política Social
Tema	Política de Assistência Social
Tópico do Conteúdo	Política Nacional de Assistência Social.

- 29) Um dos maiores desafios que a/o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. (IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 1998, p. 20).

Para essa autora, a/o Assistente Social deve ser um profissional?

- A) Executor terminal das políticas sociais.
 B) Somente executivo.
 C) Ético e executivo.
 D) **Propositivo e não só executivo.**
 E) Messiânico.

Justificativa

Alternativa D, CORRETA. Conforme Iamamoto (1998, p. 20), o profissional tem que ser propositivo e não só executivo, pois é um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais.

Alternativa A, B, C e E estão INCORRETAS pois a autora reforça o caráter propositivo da profissão para não recair novamente em ser um assistente social que somente executa.

Referência

IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 1998.

Nível	Superior
Disciplina	Serviço Social
Eixo Temático	Fundamentos Históricos e Teóricos do Serviço Social
Tema	Serviço Social na Contemporaneidade
Tópico do Conteúdo	Desafios do Serviço Social na Contemporaneidade

30) A família, independentemente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida. Todavia, não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como um espaço _____, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por _____ e geralmente, também, por _____, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social. (Política Nacional de Assistência Social – Matricialidade Sociofamiliar, 2009, p. 41).

As palavras que completam, **CORRETAMENTE**, essas lacunas são:

- A) **contraditório; conflitos; desigualdades.**
- B) dinâmico; afetividade; igualdade.
- C) ético; contratos; coletividade.
- D) contraditório; afetividade; igualdade.
- E) dinâmico; brigas; afetividade.

Justificativa

Alternativa A, CORRETA. Conforme a PNAS (2009) a família é espaço contraditório e de conflitos, bem como de desigualdades, alvo prioritário no atendimento dos serviços socioassistenciais no âmbito do SUAS, isto é, a PNAS traz como foco a centralidade na família.

Alternativa B, C, D e E estão INCORRETAS pois não contempla o que determina a PNAS.

Referência

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: maio de 2009. Biblioteca Digital do Disponível em: <https://www.bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/1034/1/PNAS2004.pdf>

Acesso em: 09 junho de 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Serviço Social
Eixo Temático	Política Social
Tema	Política de Assistência Social
Tópico do Conteúdo	Política Nacional de Assistência Social.

31) Com base no que preconiza o Art. 2º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, analise as afirmações abaixo e assinale a **CORRETA**:

- A) **Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.**
- B) Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de

Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

- C) Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.
- § 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
- § 2º Cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no caput.
- D) Na interpretação desta Lei, serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.
- E) Toda mulher, independentemente, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua e garantir sua cidadania.

Justificativa

Alternativa A, CORRETA. O texto está de acordo com o que prevê a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006). Conforme segue:

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

As alternativas B, C, D e E estão INCORRETAS, com base a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006).

Referência

BRASIL. LEI MARIA DA PENHA. Lei N.º11.340, de 7 de Agosto de 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em: 09 de junho. 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Serviço Social
Eixo Temático	Política Social
Tema	Política de Assistência Social
Tópico do Conteúdo	Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

32) Com base na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), analise as afirmações abaixo e assinale a **INCORRETA**:

- A) Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.
Parágrafo único. Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, data de início de sua vigência no plano interno.
- B) Art. 22 À pessoa com deficiência internada ou em observação é assegurado o direito a acompanhante ou a atendente pessoal, devendo o órgão ou a instituição de saúde proporcionar condições adequadas para sua permanência em tempo integral.
- C) Art. 7º É dever de todos comunicar à autoridade competente qualquer forma de ameaça ou de violação aos direitos da pessoa com deficiência.
Parágrafo único. Se, no exercício de suas funções, os juízes e os tribunais tiverem conhecimento de fatos que caracterizem as violações previstas nesta Lei, devem remeter peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.
- D) Art. 5º A pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante.
Parágrafo único. Para os fins da proteção mencionada no caput deste artigo, são considerados especialmente vulneráveis a criança, o adolescente, a mulher e o idoso, com deficiência.

- E) Art. 39** Os serviços de CRAS e CREAS será responsável pela garantia dos benefícios no âmbito da política pública de assistência social à pessoa com deficiência e sua família têm como objetivo a garantia da segurança de renda, da acolhida, da habilitação e da reabilitação, do desenvolvimento da autonomia e da convivência familiar e comunitária, para a promoção do acesso a direitos e da plena participação social.
- § 1º A assistência social à pessoa com deficiência, nos termos do caput deste artigo, deve envolver conjunto articulado de serviços do âmbito da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial, ofertados pelo Suas, para a garantia de segurança fundamentais no enfrentamento de situações de vulnerabilidade e de risco, por fragilização de vínculos e ameaça ou violação de direitos.
- § 2º Os serviços socioassistenciais destinados à pessoa com deficiência em situação de dependência deverão contar com cuidadores sociais para prestar-lhe cuidados básicos e instrumentais.

Justificativa

Alternativa E, INCORRETA. O Art. 39 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) apresenta o seguinte texto:

Art. 39. Os serviços, os programas, os projetos e os benefícios no âmbito da política pública de assistência social à pessoa com deficiência e sua família têm como objetivo a garantia da segurança de renda, da acolhida, da habilitação e da reabilitação, do desenvolvimento da autonomia e da convivência familiar e comunitária, para a promoção do acesso a direitos e da plena participação social.

§ 1º A assistência social à pessoa com deficiência, nos termos do caput deste artigo, deve envolver conjunto articulado de serviços do âmbito da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial, ofertados pelo Suas, para a garantia de segurança fundamentais no enfrentamento de situações de vulnerabilidade e de risco, por fragilização de vínculos e ameaça ou violação de direitos.

§ 2º Os serviços socioassistenciais destinados à pessoa com deficiência em situação de dependência deverão contar com cuidadores sociais para prestar-lhe cuidados básicos e instrumentais.

As alternativas A, B, C e D estão CORRETAS, com base na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

Referência

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Presidência da República, 6 de julho de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 de junho. 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Serviço Social
Eixo Temático	Código de Ética Profissional da/o Assistente Social
Tema	Código de Ética Profissional da/o Assistente Social
Tópico do Conteúdo	Penalidades, Aplicação e Cumprimento do Código de Ética

33) A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), trata, entre outros aspectos, do que cabe ao Ministério Público em caso de violência contra a mulher. A esse respeito, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A)** I – fornecer amparo policial e solicitar os serviços públicos de saúde, de educação, de assistência social e de segurança, entre outros; II - fiscalizar os estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, e adotar, de imediato, as medidas administrativas ou judiciais cabíveis no tocante a quaisquer irregularidades constatadas; III - denunciar os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- B)** I - requisitar com prioridade os serviços públicos de saúde, de educação, de assistência social e de segurança; II - fiscalizar os estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, e adotar, de imediato, as medidas administrativas ou judiciais cabíveis no tocante a quaisquer irregularidades constatadas; III - cadastrar os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- C)** I - requisitar força policial, transporte, abrigo em local seguro; II - cadastrar os estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, e adotar, de imediato, as medidas administrativas ou judiciais cabíveis no tocante a quaisquer irregularidades constatadas; III - acompanhar os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- D)** I - requisitar força policial e serviços públicos de saúde, de educação, de assistência social e de segurança, entre outros; II - fiscalizar os estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, e adotar, de imediato, as medidas administrativas ou judiciais cabíveis no tocante a quaisquer irregularidades constatadas; III - cadastrar os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

- E) I - requisitar força policial e serviços públicos de saúde, de educação, de assistência social e de segurança, entre outros; II - fiscalizar apenas os estabelecimentos públicos de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, e adotar, de imediato, as medidas administrativas ou judiciais cabíveis no tocante a quaisquer irregularidades constatadas; III - cadastrar os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Justificativa

Alternativa D, CORRETA. O texto está de acordo com o que prevê o Art. a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006). Conforme segue.

Art. 26. Caberá ao Ministério Público, sem prejuízo de outras atribuições, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, quando necessário:

I - requisitar força policial e serviços públicos de saúde, de educação, de assistência social e de segurança, entre outros; II - fiscalizar os estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, e adotar, de imediato, as medidas administrativas ou judiciais cabíveis no tocante a quaisquer irregularidades constatadas;

III - cadastrar os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

As alternativas A, B, C e E estão INCORRETAS, com base a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006).

Referência

BRASIL. LEI MARIA DA PENHA. Lei N.º11.340, de 7 de Agosto de 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 09 de junho. 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Serviço Social
Eixo Temático	Gênero, Violência e Serviço Social
Tema	Violência contra a mulheres
Tópico do Conteúdo	Políticas sociais e legislações voltadas a segmentos específicos: infância e juventude, pessoa idosa, mulheres, pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas, afro-brasileiros, população em situação de rua.

34) A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, define, em seu Art. 23º, que “Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:

- I. encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;
- II. determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor;
- III. determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos;
- IV. determinar a separação de corpos.
- V. determinar a matrícula dos dependentes da ofendida em instituição de educação básica mais próxima do seu domicílio, ou a transferência deles para essa instituição, independentemente da existência de vaga. (Incluído pela Lei nº 13.882, de 2019)
- VI. conceder à ofendida auxílio-aluguel, com valor fixado em função de sua situação de vulnerabilidade social e econômica, por período não superior a 6 (seis) meses. (Incluído pela Lei nº 14.674, de 2023).

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) **Todas estão corretas.**
- B) Somente as alternativas II e III estão corretas.
- C) Somente as alternativas I, III e VI estão corretas.
- D) Somente as alternativas I, II, III e V estão corretas.
- E) Somente as alternativas I, III e VI estão corretas.

Justificativa

Alternativa A, CORRETA. O texto está de acordo com o que prevê o Art. 23º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006). Conforme segue.

Art. 23. Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:

- I - encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;
 - II - determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor;
 - III - determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos;
 - IV - determinar a separação de corpos.
 - V - determinar a matrícula dos dependentes da ofendida em instituição de educação básica mais próxima do seu domicílio, ou a transferência deles para essa instituição, independentemente da existência de vaga. (Incluído pela Lei nº 13.882, de 2019)
 - VI – conceder à ofendida auxílio-aluguel, com valor fixado em função de sua situação de vulnerabilidade social e econômica, por período não superior a 6 (seis) meses. (Incluído pela Lei nº 14.674, de 2023)
- As alternativas B, C, D e E estão INCORRETAS, com base a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006).

Referência

BRASIL. LEI MARIA DA PENHA. Lei N.º11.340, de 7 de Agosto de 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 10 de junho. 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Serviço Social
Eixo Temático	Fundamentos Históricos e Teóricos do Serviço Social
Tema	Serviço Social na Contemporaneidade.
Tópico do Conteúdo	Serviço Social na Contemporaneidade na relação com a pesquisa.

35) Sobre a Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Altera o art. o art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.
- B) Altera o art. 123 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.
- C) Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 8 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.
- D) Altera o art. 122 da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.
- E) **Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.**

Justificativa

Alternativa E, CORRETA. O texto está de acordo com o que prevê a Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015). Conforme segue.

Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

As alternativas A, B, C e D estão INCORRETAS, com base a Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015.

Referência

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 -Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 10 de junho. 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Serviço Social
Eixo Temático	Política Social
Tema	Política de Assistência Social
Tópico do Conteúdo	Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS

36) Com a aprovação da Lei nº 14.759, de 21 de dezembro de 2023, declara feriado nacional o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Sobre o 1º art. desta Lei, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Art. 1º Fica declarado feriado nacional o dia 21 de novembro, para a celebração do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra.
- B) Art. 1º Fica declarado feriado nacional o dia 20 de novembro, para a celebração do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra.
- C) Art. 1º Fica declarado feriado nacional facultativo o dia 20 de novembro, para a celebração do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra.
- D) Art. 1º Fica declarado feriado nacional o dia 20 de novembro, para a comemoração do Dia do nascimento de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra.
- E) Art. 1º Fica declarado feriado nacional o dia 19 de novembro, para a celebração do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra.

Justificativa

Alternativa B, CORRETA. O texto está de acordo com o que prevê a nº 14.759, de 21 de dezembro de 2023). Conforme segue.

Art. 1º Fica declarado feriado nacional o dia 20 de novembro, para a celebração do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra.

As alternativas A, C, D e E estão INCORRETAS, com base a Lei nº 14.759, de 21 de dezembro de 2023.

Referência

BRASIL. Lei nº 14.759, de 21 de dezembro de 2023. Declara feriado nacional o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14759.htm. Acesso em: 10 de junho. 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Serviço Social
Eixo Temático	Política Social
Tema	Política de Assistência Social
Tópico do Conteúdo	Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

37) Com base no que preconiza o Art. 2º da recomendação nº 124, de 7 de janeiro de 2022, emitida pelo Conselho Nacional de Justiça que recomenda aos tribunais que instituem e mantenham programas voltados à reflexão e responsabilização de agressores de violência doméstica e familiar. Analise as diretrizes recomendadas abaixo e assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) foco em processos de reflexão e responsabilização dos autores de violência doméstica e familiar contra a mulher;
- B) definição e padronização do número de sessões e período de duração dos programas, não devendo ser inferior a 4 (quatro) sessões ou 2 (dois) meses, respectivamente;
- C) opção, sempre que possível, pela metodologia de trabalho no formato de grupos reflexivos com dinâmicas participativas, sem prejuízo da realização de outras ações complementares;
- D) atuação em rede, com encaminhamento a outros serviços públicos, sempre que necessário;
- E) promoção da reflexão sobre as questões de gênero, os direitos humanos e fundamentais da mulher e a construção social da masculinidade.

Justificativa

Alternativa B, INCORRETA. O texto não está de acordo com o que prevê o Art. 2º da recomendação nº 124, de 7 de janeiro de 2022, emitida pelo Conselho Nacional de Justiça.

II – definição e padronização do número de sessões e período de duração dos programas, não devendo ser inferior a 8 (oito) sessões ou 3 (três) meses, respectivamente.

Conforme segue:

Art. 2o Recomendar que os programas voltados à reflexão e responsabilização de agressores de violência doméstica e familiar sigam as seguintes diretrizes:

- I – foco em processos de reflexão e responsabilização dos autores de violência doméstica e familiar contra a mulher;
- II – definição e padronização do número de sessões e período de duração dos programas, não devendo ser inferior a 8 (oito) sessões ou 3 (três) meses, respectivamente;

III – opção, sempre que possível, pela metodologia de trabalho no formato de grupos reflexivos com dinâmicas participativas, sem prejuízo da realização de outras ações complementares;

IV – inclusão da iniciativa no planejamento estratégico organizacional, com definição da unidade responsável pela manutenção e acompanhamento dos programas;

V – atuação em rede, com encaminhamento a outros serviços públicos, sempre que necessário;

VI – promoção da reflexão sobre as questões de gênero, os direitos humanos e fundamentais da mulher e a construção social da masculinidade;

VII – capacitação prévia e atualização periódica da equipe de facilitadores que atuam nos programas, optando, sempre que possível, por composição de caráter multidisciplinar;

VIII – fomento à cultura de paz, aos métodos de promoção do diálogo e de controle emocional;

IX – realização de sessões de triagem com os participantes dos programas, visando ao acolhimento dos participantes, à avaliação de risco e tomada de decisão quanto à eventual necessidade de exclusão de participantes, conforme critérios técnicos da equipe psicossocial; e

X – manutenção de registro dos atendimentos realizados e avaliação periódica de sua qualidade, resguardado o sigilo necessário à proteção da privacidade, intimidade e segurança dos participantes.

Parágrafo único. Na hipótese de inexistência de recursos materiais, humanos ou financeiros para a instituição e manutenção dos programas nos termos deste artigo, recomenda-se aos tribunais o estabelecimento de acordos, convênios ou instrumentos congêneres visando ao atingimento dos objetivos pretendidos.

As alternativas A, C, D e E estão CORRETAS, com base no Art. 2º da recomendação nº 124, de 7 de janeiro de 2022, emitida pelo Conselho Nacional de Justiça Referência bibliográfica:

Referência

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Recomenda aos tribunais que instituem e mantenham programas voltados à reflexão e responsabilização de agressores de violência doméstica e familiar. Recomendação nº 124, de 7 de janeiro de 2022. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/files/original1535112022011161dda3afb39db.pdf>, Acesso em: 11 de junho. 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Serviço Social
Eixo Temático	Política Social
Tema	Política de Assistência Social
Tópico do Conteúdo	Política Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

38) A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI (Lei nº 13.146, de 2015) define, no Art. 3º, a acessibilidade. A esse respeito, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A)** acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, urbanos, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com mobilidade reduzida;
- B)** acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, principalmente na zona urbana, por pessoa com deficiência;
- C)** acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, bem como de outros serviços e instalações exclusivamente nas vias públicas tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- D)** acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- E)** acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços de uso coletivo, principalmente na zona urbana, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Justificativa

Alternativa D, CORRETA. O texto está de acordo com o Art. 3º, inciso I, da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conforme segue:

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

As alternativas A, B, C, e E estão INCORRETAS, com base no Art. 3º, inciso I, da Lei nº 13.146.

Referência

BRASIL. Lei N. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial. Brasília, 6 de julho de 2015. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 11 de junho. 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Serviço Social
Eixo Temático	Política social
Tema	Política de proteção à pessoa com deficiência
Tópico do Conteúdo	Políticas sociais e legislações voltadas a segmentos específicos: infância e juventude, pessoa idosa, mulheres, pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas, afro-brasileiros, população em situação de rua.

39) O Artigo 6º da Lei nº 13.146, de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), afirma que a deficiência não afeta a capacidade civil da pessoa. A esse respeito, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) A pessoa com deficiência possui capacidade civil para casar-se e constituir união estável.
- B) **A pessoa com deficiência está impedida civilmente de adotar filhos.**
- C) A pessoa com deficiência possui capacidade civil para exercer direitos sexuais e reprodutivos.
- D) A pessoa com deficiência possui capacidade civil para exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar.
- E) A pessoa com deficiência possui capacidade civil para conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória.

Justificativa

Alternativa B, CORRETA. A afirmação está incorreta,

Conforme o Artigo 6º, da Lei nº 13.146, inciso VI, a capacidade civil da pessoa com deficiência inclui “exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas”.

Afirmarões A, C, D, E estão corretas, conforme o Artigo 6º, incisos I, II, III, IV, V da mesma Lei.

Referência

BRASIL. Lei N. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial. Brasília, 6 de julho e 2015. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 11 de junho. 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Serviço Social
Eixo Temático	Política social
Tema	Política de proteção à pessoa com deficiência
Tópico do Conteúdo	Políticas sociais e legislações voltadas a segmentos específicos: infância e juventude, pessoa idosa, mulheres, pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas, afro-brasileiros, população em situação de rua.

40) Conforme a lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Analise as alternativas a abaixo e assinale a **INCORRETA**.

- A) Art. 6º Recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer grau. Pena: reclusão de três a cinco anos.
- B) Art. 5º Recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, negando-se a servir, atender ou receber cliente ou comprador. Pena: reclusão de um a três anos.
- C) **Art. 9º Impedir o acesso ou recusar atendimento em espaço religioso e recreativo praticado por funcionário público. Pena: reclusão três a cinco anos.**
- D) Art. 7º Impedir o acesso ou recusar hospedagem em hotel, pensão, estalagem, ou qualquer estabelecimento similar. Pena: reclusão de três a cinco anos.
- E) Art. 8º Impedir o acesso ou recusar atendimento em restaurantes, bares, confeitarias, ou locais semelhantes abertos ao público. Pena: reclusão de um a três anos.

Justificativa

Alternativa C, INCORRETA. O texto não está de acordo com o que prevê a lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, conforme segue:

Art. 9º Impedir o acesso ou recusar atendimento em estabelecimentos esportivos, casas de diversões, ou clubes sociais abertos ao público.

Pena: reclusão de um a três anos.

As alternativas A, B, D e E estão CORRETAS, com base no os Art. 5º ao 8º conforme a Lei a lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. conforme segue:

Art. 5º Recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, negando-se a servir, atender ou receber cliente ou comprador.

Pena: reclusão de um a três anos.

Art. 6º Recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer grau.

Pena: reclusão de três a cinco anos.

Parágrafo único. Se o crime for praticado contra menor de dezoito anos a pena é agravada de 1/3 (um terço).

Art. 7º Impedir o acesso ou recusar hospedagem em hotel, pensão, estalagem, ou qualquer estabelecimento similar.

Pena: reclusão de três a cinco anos.

Art. 8º Impedir o acesso ou recusar atendimento em restaurantes, bares, confeitarias, ou locais semelhantes abertos ao público.

Pena: reclusão de um a três anos.

Referência

BRASIL. Lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm Acesso em: 11 de junho. 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Serviço Social
Eixo Temático	Política Social
Tema	Política de Assistência Social
Tópico do Conteúdo	Política Nacional de Assistência Social.

41) Para Iamamoto (2012, 48), “A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana — o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos.”

Com base no pensamento da autora, analise as afirmações abaixo e assinale a **INCORRETA**.

- A) As políticas sociais, espaços ocupacionais da categoria dos/as assistentes sociais, resultam das lutas sociais que tornam explícitas a questão social.
- B) As políticas sociais são respostas do Estado à questão social, portanto, são funcionais ao processo de acumulação de capital, configurando-se como espaços de tensões e contradições.
- C) **A atuação dos/as assistentes sociais, quando guiada pelo projeto ético-político, tem como produto a superação da questão social.**

- D) A questão social é historicamente determinada, manifesta-se pelas desigualdades econômicas, sociais e políticas, além das dimensões de gênero, étnico-raciais, entre outras.
- E) As múltiplas manifestações da questão social aparecem aos/às assistentes sociais sob a forma de demandas individuais, cujo desvelamento é condição para o desenvolvimento de propostas interventivas voltadas ao atendimento dos grupos que reivindicam respostas para suas necessidades nas instituições.

Justificativa

Alternativa C, INCORRETA. A questão social resulta da contradição entre capital e trabalho, mediatizada pelas conjunturas históricas. A atuação do/a assistente social se dá nas expressões da questão social, nas suas manifestações na vida cotidiana, tais como se apresentam sob a forma de desemprego, desigualdade, segregação, pobreza etc. (IAMAMOTO, 2012; FRAGA, 2010).

Referência

IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) Assistente Social na atualidade. In: CFESS - Conselho Federal de Serviço Social (Org.) **Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão**. 1ª ed. Ampliada. Brasília, 2012.

FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. *Serv. Soc. Soc.* São Paulo, nº 101, p. 40-64, jan./mar. 2010.

Nível	Superior
Disciplina	Serviço Social
Eixo Temático	Modo de produção capitalista
Tema	Questão social e Serviço Social
Tópico do Conteúdo	Questão social: particularidades da formação histórica brasileira e questão social, Serviço Social e as respostas politicoinstitucionais à questão social.

42) Raichelis (2020, p. 19), corroborando a posição de vários autores, afirma que “a reestruturação produtiva do capital e do trabalho, que nos países da periferia capitalista, como o Brasil, se faz mais presente a partir de 1990, transformou-se de fato em um processo permanente de erosão do trabalho de base tayloriano-fordista, contratado, regulamentado e protegido, dominante no século 20, substituído pelas mais diversas formas de desregulamentação, flexibilização, terceirização e intensificação do trabalho, nas quais os sofrimentos, os adoecimentos e os assédios parecem tornar-se mais a regra do que a exceção”. Segundo Raichelis (2020), é **INCORRETO** afirmar:

- A) Os contratos de trabalho e as formas de organização do trabalho, que caracterizam a chamada “nova morfologia do trabalho”, são afetadas, exclusivamente, ao mundo privado, cenário no qual se encontram a terceirização, a polivalência, a multitarefa, a flexibilização, entre outros mecanismos relacionados à precarização das condições e dos vínculos de trabalho
- B) A “nova morfologia do trabalho” afeta trabalhadores/as em geral, embora em diferentes proporções. No âmbito das políticas públicas, o que inclui os/as assistentes sociais, constata-se a incorporação de métodos de gestão assemelhados à gestão empresarial, típicos das empresas capitalistas.
- C) A terceirização, um dos elementos que compõe o cenário da “nova morfologia do trabalho”, atinge várias categorias de trabalhadores, incluindo os/as assistentes sociais, que passam a compartilhar os espaços sócio-ocupacionais com profissionais que possuem diferentes vínculos de trabalho.
- D) Em consonância com a “nova morfologia do trabalho”, os/as assistentes sociais estão sujeitos aos processos de precarização através de contratações mediadas por empresas prestadoras de serviços, da prestação de serviços individuais sob a aparência do exercício profissional autônomo, entre outros aspectos que impactam diretamente na capacidade de articulação política da categoria.
- E) As formas de terceirização, presentes na “nova morfologia do trabalho”, geram contratos de trabalho intermitentes e de tempo parcial, além da baixa remuneração; geram insegurança, adoecimento e práticas de assédio moral em relação aos/às trabalhadores e trabalhadoras; contribuem para a rotatividade dos/as profissionais nos serviços, impactando negativamente nas relações com a população usuária.

Justificativa

Alternativa A. INCORRETA. Conforme Raichelis (2020, p.23), “A chamada nova *morfologia do trabalho* (Antunes 1999, 2005, 2018) não é algo restrito às empresas e ao mundo produtivo privado, [...]. Ao contrário, trata-se de um processo abrangente e de grande complexidade, que atinge a totalidade da força de trabalho, as relações de trabalho no espaço

estatal das políticas sociais e, portanto, o trabalho de assistentes sociais e demais profissionais, ainda que com diferenciações.”

As alternativas B, C, D e E estão CORRETAS, com base em Raichelis (2020).

Referência

RAICHELIS, Raquel. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social. In: CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. Comissão de Orientação e Fiscalização Profissional (Org.). **Atribuições privativas do/a assistente Social em questão**. Vol. 2. Brasília, 2020.

Nível	Superior
Disciplina	Serviço Social
Eixo Temático	Modo de produção capitalista
Tema	Reestruturação produtiva e Serviço Social
Tópico do Conteúdo	Serviço social e saúde do/a trabalhador/a diante das mudanças na produção, organização e gestão do trabalho, na era da reestruturação produtiva.

43) Como sustenta Lima, Miotto e Dal Prá (2007, p. 95), “a documentação pode ser considerada como um elemento constitutivo da ação profissional, uma vez que ela lhe dá materialidade ao comprovar a realização da ação”, podendo ser “realizada de diferentes formas [...]”. Por conseguinte, a produção de documentos está presente no cotidiano do/a assistente social, independentemente dos espaços ocupacionais e das áreas de atuação, pois é parte da dimensão técnico-operativa.

- A) A documentação é indissociável das dimensões teórico-metodológica e ético-política, pois documentar também implica em processo de análise.
- B) Os dados, informações e subsídios registrados na documentação darão suporte às ações de outros profissionais, implicando em desdobramentos na vida dos sujeitos envolvidos, bem como poderá ser útil à avaliação e ao planejamento.
- C) São exemplos de documentos a declaração de comparecimento, o laudo social, o parecer social e o relatório.
- D) Os documentos produzidos pelo/a assistente social devem ser apenas descritivos dos fatos, a fim de garantir a expressão fidedigna da realidade social e cumprir com as exigências da instituição.
- E) A emissão de opinião técnica supõe a manifestação de opinião fundamentada, respaldada em conhecimento científico e alinhada ao projeto ético-político do Serviço Social.

Justificativa

Alternativa D, INCORRETA. “[...] quando há ausência de historicidade e da relação com a totalidade, produzindo-se documentos com base no que se constata no plano imediato, no que se vê e escuta, limitam-se ou impedem-se análises ampliadas e contextualizadas que assegurem a especificidade e particularidades do Serviço Social [...]”. (CFESS, 2022, p. 144).

Alternativas A e B, CORRETAS. Conforme Lima, Miotto e Dal Prá (2007) e CFESS (2022).

Alternativa C e E, CORRETAS. Conforme CFESS (2022).

Referência

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Produção de documentos e emissão de opinião técnica em serviço social**. Brasília (DF), 2022.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de. MIOTTO, Regina Célia Tamasso. DAL PRÁ, Keli Regina. A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo. *Revista Textos & Contextos*. Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 93-104. jan./jun. 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/1048/3234> Acesso em: 07 jun. 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Serviço Social
Eixo Temático	Metodologia do Serviço Social
Tema	Dimensão técnico-operativa do Serviço Social
Tópico do Conteúdo	Processo de trabalho do Serviço Social.

44) De acordo com Santos (2013, p. 25), “[...] a intervenção profissional do assistente social é constituída de diferentes dimensões [...]”, as quais “[...] constituem uma relação de unidade na diversidade”. Tomando como referência o pensamento de Santos (2013), estabeleça a relação entre as duas colunas.

- | | | |
|------------------------------------|-----|--|
| 1 – Dimensão teórico-metodológica. | () | Refere-se à “relação visceral entre diferentes”, que constituem “uma relação intrínseca”, mantendo, entretanto, as suas especificidades. |
| 2 – Dimensão técnico-operativa. | () | “[...] envolve o projetar a ação em função dos valores e finalidades do profissional, da instituição e da população.” Expressa a intencionalidade das ações profissionais, bem como implica na avaliação de seus desdobramentos. |
| 3 – Unidade na diversidade. | () | “[...] envolve um conjunto de estratégias, táticas instrumentalizadoras da ação, que efetivam o trabalho profissional, e que expressam uma determinada teoria, um método, uma posição política e ética.” |
| 4 – Dimensão ético-política. | () | “[...] fornece ao profissional um ângulo de leitura dos processos sociais, de compreensão do significado social da ação, uma explicação da dinâmica da vida social na sociedade capitalista.” |

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- A) 2, 1, 3, 4.
- B) 3, 4, 2, 1.
- C) 4, 3, 1, 2.
- D) 1, 2, 3, 4.
- E) 4, 3, 2, 1.

Justificativa

Alternativa 3, Unidade na Diversidade. Conforme Santos (2013, p. 26).

Alternativa 4, Dimensão Ético-política. Conforme Santos (2013, p. 26).

Alternativa 2, Dimensão Técnico-operativa. Conforme Santos (2013, p. 26).

Alternativa 1, Dimensão Teórico-metodológica. Conforme Santos (2013, p. 26).

Referência

SANTOS, Cláudia Mônica dos. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. Revista Conexão Geraes, n. 3, p. 25-30, Minas Gerais, 2º semestre de 2013. Disponível em: http://issuu.com/cressmg/docs/3-revista_cress# Acesso em: 07 jun. 2024

Nível	Superior
Disciplina	Serviço Social
Eixo Temático	Metodologia do Serviço Social
Tema	Dimensões da prática do Serviço Social
Tópico do Conteúdo	Processo de trabalho do Serviço Social.

45) Fávero (2014, p. 53-54, apud FÁVERO, 2020, p. 49), define o estudo social como um “processo metodológico específico do Serviço Social, que tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social [...]”, continuando, afirma que “[...] de sua fundamentação rigorosa, teórica, ética e técnica, com base no projeto da profissão, depende a sua devida utilização para o acesso, garantia e ampliação de direitos dos sujeitos usuários dos serviços sociais e do sistema de justiça.”

- I. A perícia social, destinada a produzir conhecimentos sobre a realidade social a fim de subsidiar decisões, especialmente no âmbito do poder judiciário, supõe a realização do estudo social.
- II. O estudo socioeconômico é abordado por alguns autores como estudo social, não havendo distinção entre ambos.
- III. Finalizado o estudo social, obrigatoriamente, o/a assistente social deve elaborar o laudo social.
- IV. A realização do estudo social requer planejamento e escolha dos instrumentos como entrevistas, que podem ocorrer na instituição ou no domicílio, pesquisa documental, visita institucional.

- V. Durante a elaboração do estudo social, o/a assistente social realiza entrevista no domicílio, também denominada de visita domiciliar, sem a necessidade de comunicar previamente a família, pois poderia gerar uma situação de falseamento da realidade, dificultando a apreensão da verdade, além disso, o/a profissional possui autonomia para escolher seus instrumentos de trabalho.

A alternativa que traz as afirmativas **CORRETAS** é:

- A) III, IV, V.
- B) II, III, V.
- C) I, III, V.
- D) II, III, IV.
- E) **I, II, IV.**

Justificativa

Alternativa III, INCORRETA. O laudo social é emitido no processo de perícia social. (CFESS, 2022).

Alternativa V, INCORRETA. Ao realizar a entrevista no domicílio, ou visita domiciliar, o/a assistente social deve, em regra, comunicar previamente a família, além de fornecer esclarecimento acerca de sua finalidade, exceto em situações muito específicas, quando não há meios para estabelecer contato prévio. Além disso, trata-se de um instrumento que “se coloca como possibilidade de conhecimento do território onde os sujeitos vivem” (CFESS, 2022, p. 121), não podendo ser utilizado como “meio de fiscalização e/ou de invasão de privacidade das famílias [...]” (CFESS, 2022, p. 121). Ver também Fávero, Franco e Oliveira (2020) e Silva e Moura (2016).

Alternativas I, II e IV estão CORRETAS. Conforme CFESS (2022); Fávero, Franco e Oliveira (2020) e Mito (2009).

Referência

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Produção de documentos e emissão de opinião técnica em serviço social**. Brasília (DF), 2022.

FÁVERO, Eunice Teresinha. FRANCO, Abigail Aparecida de Paiva. OLIVEIRA, Rita de Cassia Silva. Processos de trabalho e Documentos em serviço social: Reflexões e indicativos relativos

À construção, ao registro e à Manifestação da opinião técnica. In: CFESS – Conselho Federal de Serviço Social (Org.).

Atribuições privativas do/a assistente Social em questão. Vol. 2. Brasília (DF), 2020.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Estudos Socioeconômicos**. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (Org.). **Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais**. CFESS, ABEPSS, Brasília - DF, 2009. (p. 481-496).

SILVA, Maria Salete da. MOURA, Reidy Rolim de. Considerações sobre a visita domiciliar: instrumento técnico-operativo do serviço social. In: LAVORATTI, Cleide; COSTA, Dorival (Org.) **Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: um debate necessário**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016.

Nível	Superior
Disciplina	Serviço Social
Eixo Temático	Metodologia do Serviço Social
Tema	Dimensão técnico-operativa do Serviço Social
Tópico do Conteúdo	Processo de trabalho do Serviço Social.

- 46) Os/as assistentes sociais estão inseridos/as em diversos espaços ocupacionais, públicos e privados, nos quais participam de processos de trabalho nas áreas da saúde, assistência social, educação, habitação, previdência social, segurança pública, entre outros. E atuam com pessoas idosas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, grupos familiares entre outros segmentos.

Em relação ao processo de trabalho, é **CORRETO** afirmar:

- A) **A contínua atitude investigativa impede que os/as assistentes sociais atuem de forma pragmática, ingênua, voluntarista, destituída de finalidades e desprovida de conhecimento profundo acerca da realidade social e do objeto de intervenção.**
- B) A profissão de assistente social é, essencialmente, interventiva e, portanto, busca responder na imediaticidade as necessidades das populações vulneráveis e que são urgentes.

- C) A atitude investigativa é atribuição privativa dos/as assistentes sociais que se inserem em processos de trabalho que incluem a docência e a pesquisa, conforme dispõe o Art. 5º da Lei de Regulamentação da Profissão.
- D) Sem a atitude investigativa os processos de trabalho dos quais os/as assistentes sociais participam ficam inviabilizados, pois não saberão se os fatos expostos pelos usuários dos serviços são verídicos.
- E) A atitude investigativa é amplamente utilizada por assistentes sociais que atuam no poder judiciário, no ministério público, na política de segurança pública e no sistema penitenciário, pois em seus processos de trabalho lidam com situações conflitivas.

Justificativa

Alternativa A, CORRETA.

Alternativas B, C, D e E estão INCORRETAS. Conforme Fraga (2010, p. 45-46, grifos da autora), a atitude investigativa compõe a atuação profissional na medida em que possibilita a pesquisa e a sistematização de dados, possibilitando “*desvendar e problematizar a realidade social*” e “*intervir na realidade social com base na apreensão do movimento contraditório do real [...]*”. Portanto, trata-se de uma atitude presente em qualquer processo de trabalho, em qualquer espaço ocupacional.

Referência

FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. *Serv. Soc. Soc.* São Paulo, nº 101, p. 40-64, jan./mar. 2010.

Nível	Superior
Disciplina	Serviço Social
Eixo Temático	Metodologia do Serviço Social
Tema	Dimensões da prática do Serviço Social
Tópico do Conteúdo	Processo de trabalho do Serviço Social.

- 47) Conforme Fraga (2010, p. 56-57), “O trabalho em conjunto tem sido uma tendência discutida como uma possibilidade em diversas áreas, não somente no Serviço Social. Atualmente, os profissionais estão cada vez mais se conscientizando de que o trabalho solitário e isolado compromete as intervenções.”

A esse respeito, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) No trabalho interdisciplinar é fundamental que os/as assistentes sociais respeitem as hierarquias entre as áreas de saber, a fim de não invadir as competências de outras profissões.
- B) **A interdisciplinaridade constitui uma possibilidade para adensar a compreensão e qualificar a intervenção nas manifestações da questão social, as quais se tornam cada vez mais complexas.**
- C) A prática interdisciplinar é inerente a qualquer equipe de trabalho multiprofissional.
- D) Na prática interdisciplinar todos os saberes se diluem, de modo que os/as profissionais da equipe desenvolvem as mesmas competências e atribuições.
- E) Na prática interdisciplinar os/as assistentes sociais não precisam ter clareza quanto ao objeto de intervenção e os objetivos, pois é a equipe que os define, por se tratar de uma prática coletiva.

Justificativa

Alternativa B, CORRETA.

Alternativa A, INCORRETA. A interdisciplinaridade pressupõe que todas as áreas do saber são igualmente importantes, sem hierarquia.

Alternativa C, INCORRETA. As equipes multiprofissionais compõem-se de várias áreas do saber, mas que podem atuar de forma isolada, estanque e hierarquizada. Portanto, a prática interdisciplinar é uma construção que exige uma série de compromissos e mudanças de postura.

Alternativa D, INCORRETA. Na prática interdisciplinar cada profissional oferece a sua contribuição com base na sua formação específica, implicando na interação e no diálogo entre as áreas do saber, sem, no entanto, diluírem-se.

Alternativa E, INCORRETA. A prática interdisciplinar não exige os/as assistentes sociais de terem clareza de todo o seu processo de trabalho, pois as respostas que darão às questões postas à equipe para análise e estudo deverão estar de acordo com a formação específica em Serviço Social.

Referência

FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. *Serv. Soc. Soc.* São Paulo, nº 101, p. 40-64, jan./mar. 2010.

Nível	Superior
Disciplina	Serviço Social
Eixo Temático	Metodologia do Serviço Social
Tema	Multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e prática profissional
Tópico do Conteúdo	Interdisciplinaridade e Serviço Social.

48) A profissão de assistente social é regulamentada pela Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Por conseguinte, em seu exercício profissional cotidiano o/a assistente social deve observar o disposto na Lei e dispor de entendimento acerca de suas competências e atribuições, fundamental para o próprio reconhecimento da profissão. A esse respeito avalie as afirmativas a seguir:

- I. As competências não são exclusivas de uma profissão, enquanto as atribuições são prerrogativas exclusivas de uma profissão.
- II. Constitui competência do/a assistente social, conforme a Lei nº 8.662/1993, “planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais”.
- III. Constitui competência do/a assistente social, conforme a Lei nº 8.662/1993, “planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social”.
- IV. Constitui atribuição privativa do/a assistente social, conforme a Lei nº 8.662/1993, “realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social”.
- V. Constitui competência do/a assistente social, conforme a Lei nº 8.662/1993, “treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social”.

A alternativa que apresenta as afirmativas **CORRETAS** é:

- A) II, III, V.
- B) I, IV, V.
- C) I, II, IV.
- D) I, III, IV.
- E) II, IV, V.

Justificativa

Alternativa I, CORRETA. “As *competências* expressam capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, pois são a ela concernentes em função da capacitação dos sujeitos profissionais. As atribuições são prerrogativas exclusivas ao serem definidas enquanto *matéria, área e unidade* de Serviço Social.” (IAMAMOTO, 2009, p. 6-7, grifos da autora).

Alternativa II, CORRETA. Conforme Art. 4º, VII, da Lei nº 8.662/1993.

Alternativa III, INCORRETA. Conforme Art. 5º, II, da Lei nº 8.662/1993, trata-se de uma atribuição privativa.

Alternativa IV, CORRETA. Conforme Art. 5º, IV, da Lei nº 8.662/1993.

Alternativa V, INCORRETA. Conforme Art. 5º, VI, da Lei nº 8.662/1993, trata-se de uma atribuição privativa.

Referência

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.

10ª. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS/ABEPSS (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais**. CFESS/ABEPSS, Brasília (DF), 2009.

Nível	Superior
Disciplina	Serviço Social
Eixo Temático	Bases legais da profissão de assistente social
Tema	Competências e atribuições do/a assistente social
Tópico do Conteúdo	Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, regulamentação da profissão de assistente social.

49) A Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, lei de regulamentação da profissão, define como competência do/a assistente social, em seu Art. 4º, “XI – realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.”

Com base no exposto, analise as afirmações abaixo e assinale a CORRETA.

- A) A realização de estudos socioeconômicos constitui atribuição privativa dos/as assistentes sociais que atuam na política de assistência social, nos serviços de média e alta complexidade, conforme a Lei Orgânica da Assistência Social.
- B) De acordo com o Código de Ética, os/as assistentes sociais não devem realizar estudos socioeconômicos, pois os direitos sociais são universais e, ao fazê-lo, estarão contrariando o projeto ético-político da profissão, estando sujeitos à aplicação de penalidades.
- C) Conforme orientação das comissões de ética dos Conselhos Regionais de Serviço Social, os/as assistentes sociais devem denunciar profissionais de outras áreas que fazem estudo socioeconômico, pois estão cometendo infração da Lei de Regulamentação da profissão de assistente social, do Código de Ética e da Lei Orgânica da Assistência Social.
- D) Há um entendimento da categoria dos/as assistentes sociais de que a realização de estudos socioeconômicos constitui uma atribuição privativa do/a assistente social, como já apontou parecer jurídico ao indicar que competências (Art. 4º) estão repetidas no Art. 5º (atribuições), gerando dubiedades e contradições. Apesar dos debates e das análises, tal demanda não foi ainda incorporada à legislação.
- E) A realização de estudos socioeconômicos constitui atribuição privativa dos/as assistentes sociais que atuam na política de assistência social, em todos os níveis de atenção, conforme a Lei Orgânica da Assistência Social, bem como dos/as assistentes sociais que atuam na política de habitação, a fim de viabilizar o acesso aos programas de moradia popular.

Justificativa

Alternativa D, CORRETA. Iamamoto (2012) analisa os Art. 4º e 5º da Lei de Regulamentação da profissão de Assistente Social que tratam das competências e das atribuições privativas, respectivamente, e apresenta os pontos em torno dos quais há ambiguidades, divergências e dubiedades quanto ao entendimento da realização do estudo socioeconômico como uma competência. Fraga (2010) também aborda esta divergência em relação ao disposto na Lei.

Alternativas B e C, INCORRETAS. O Código de Ética não dispõe sobre a realização de estudos socioeconômicos.

Alternativas A e E, INCORRETAS. A realização de estudos socioeconômicos constitui competência profissional, segundo a Lei de Regulamentação da Profissão, independentemente da área de atuação.

Referência

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.

10ª. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) Assistente Social na atualidade. In: CFESS - Conselho Federal de Serviço Social (Org.) **Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão**. 1ª ed. Ampliada. Brasília, 2012.

FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. *Serv. Soc. Soc.* São Paulo, nº 101, p. 40-64, jan./mar. 2010.

Nível	Superior
Disciplina	Serviço Social
Eixo Temático	Bases legais da profissão de assistente social
Tema	Competências e atribuições do/a assistente social
Tópico do Conteúdo	Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, regulamentação da profissão de assistente social.

50) Identificar e divulgar fatores condicionantes e determinantes da saúde, tais como as condições de moradia, alimentação, saneamento básico, meio ambiente, trabalho, renda, educação, atividade física, transporte, lazer entre outros bens e serviços, constitui:

- A) Princípio do Sistema Único de Saúde.
- B) Diretriz do Sistema Único de Saúde.
- C) **Objetivo do Sistema Único de Saúde.**
- D) Atribuição e diretriz do Sistema Único de Saúde.
- E) Princípio e objetivo do Sistema Único de Saúde.

Justificativa

Alternativa C, CORRETA. Conforme Art. 5º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que trata dos objetivos do Sistema Único de Saúde (SUS). Os condicionantes e determinantes da saúde citados no enunciado da questão constam no Art. 3º da mesma Lei.

Alternativas A, B, D e E estão INCORRETAS. Os princípios e diretrizes do SUS estão citados no Art. 7º da Lei nº 8.080/1990, enquanto que o Art. 6º trata de atribuições no campo de atuação do SUS.

Referência

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Presidência da República.

Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8080.htm Acesso em: 29 maio 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Serviço Social
Eixo Temático	Política social
Tema	Política pública de saúde
Tópico do Conteúdo	Serviço Social

51) O ano de 1990 foi decisivo para a Política de Saúde no Brasil em face da aprovação das Leis nº 8.080 e 8.142. A respeito destas legislações avalie as afirmativas a seguir:

- I. A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, trata de questões fundamentais para a Política de Saúde, quais sejam, a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, assim como a organização e o funcionamento de todos os serviços.
- II. A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, trouxe uma grande contribuição às equipes de saúde do Sistema Único de Saúde ao introduzir e regulamentar a profissão de Agente Comunitário de Saúde, integrante da Estratégia em Saúde da Família.
- III. A Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, trata da participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde, além de definir as transferências intergovernamentais de recursos financeiros entre os entes federativos para financiar as ações e serviços na área da saúde.
- IV. A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, define a saúde como direito fundamental de todo ser humano, e estabelece como dever do Estado providenciar todas as condições necessárias para este fim, incluindo políticas sociais e econômicas.
- V. A Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, trata da execução de ações relativas à vigilância sanitária, vigilância epidemiológica, saúde do trabalhador, assistência terapêutica integral e saúde bucal, conforme previsto no Sistema Único de Saúde.

A alternativa que apresenta as afirmativas **CORRETAS** é:

- A) I, II, III.
- B) I, III, V.
- C) III, II, V.
- D) I, IV, V.
- E) **I, III, IV.**

Justificativa

Alternativa I, CORRETA. Conforme enunciado da Lei nº 8.080/1990, que “Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.”

Alternativa II, INCORRETA. A Lei nº 8.080/1990 não trata dos Agentes Comunitários de Saúde.

Alternativa III, CORRETA. Conforme enunciado da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que “Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.”

Alternativa IV, CORRETA. Conforme Art. 2º da Lei n 8.080/1990.

Alternativa V, INCORRETA. A execução de tais ações consta na Lei nº 8.080/1990, Art. 6º.

Referência

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Presidência da

República.

Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8080.htm
Acesso em: 29 maio 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Serviço Social
Eixo Temático	Política social
Tema	Política pública de saúde
Tópico do Conteúdo	Sistema Único de Saúde (SUS) e políticas de saúde.

52) O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, define, em seu Art. 4º, que constitui “dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.” Para a efetivação de tais direitos, o Estatuto também define as linhas de ação da política de atendimento, as quais são:

- I. Políticas sociais básicas.
- II. Municipalização do atendimento.
- III. Manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente.
- IV. Serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social de garantia de proteção social e de prevenção e redução de violações de direitos, seus agravamentos ou reincidências.
- V. Serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão.

A alternativa que apresenta a afirmativas **CORRETAS** é:

- A) I, II, IV.
- B) I, II, III.
- C) I, IV, V.
- D) III, IV, V.
- E) I, II, V.

Justificativa

Estão CORRETAS as afirmações I, IV e V, conforme o Art. 87 da Lei nº 8.069/1990, que estabelece as “linhas de ação da política de atendimento”.

Estão INCORRETAS as afirmações II e III, pois são diretrizes da política de atendimento, conforme dispõe o Art. 88 da Lei nº 8.069/1990.

Referência

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm Acesso em: 29 maio 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Serviço Social
Eixo Temático	Política social
Tema	Política de proteção à infância
Tópico do Conteúdo	Políticas sociais e legislações voltadas a segmentos específicos: infância e juventude, pessoa idosa, mulheres, pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas, afro-brasileiros, população em situação de rua.

53) De acordo com o Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, são aplicáveis medidas de proteção à criança e ao adolescente sempre que os seus direitos fundamentais estiverem ameaçados ou forem violados: “I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II - por falta, omissão ou

abuso dos pais ou responsável; III - em razão de sua conduta.” Sobre as Medidas de Proteção, dispostas no Art. 101 da mesma Lei, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Constitui Medida de Proteção “requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial”.
- B) Constitui Medida de Proteção “inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente”.
- C) **Constitui Medida de Proteção a “advertência”.**
- D) Constitui Medida de Proteção “encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade”.
- E) Constitui Medida de Proteção “inclusão em programa de acolhimento familiar”.

Justificativa

A alternativa C, INCORRETA. A advertência é medida aplicada aos pais ou responsável, conforme dispõe o Art. 129, VII, do Estatuto da Criança e do adolescente. A advertência também consiste em uma das Medidas Socioeducativas aplicadas aos adolescentes autores de atos infracionais segundo consta no Art. 112, I, da mesma Lei.

Referência

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm Acesso em: 29 maio 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Serviço Social
Eixo Temático	Política Social
Tema	Política de proteção à infância
Tópico do Conteúdo	Políticas sociais e legislações voltadas a segmentos específicos: infância e juventude, pessoa idosa, mulheres, pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas, afro-brasileiros, população em situação de rua.

54) Segundo o IBGE (2023), em 2022 a população com 65 anos ou mais atingiu um índice de 10,9%, enquanto que em 2010 este grupo representava 7,4% da população brasileira. O crescimento da população idosa resulta de um conjunto de fatores e gera demandas que implicam na aprovação de legislações e na implementação de políticas públicas. No Brasil, na década de 1990 foi instituída a Política Nacional do Idoso e, na década seguinte, foi aprovado o Estatuto da Pessoa Idosa, em 2003. Sobre o Estatuto da Pessoa Idosa é **CORRETO** afirmar:

- A) A Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, determina que o poder público forneça medicamentos, órteses, próteses, entre outros equipamentos às pessoas idosas que, comprovadamente, demonstrarem insuficiência de recursos.
- B) A Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, regulamenta os direitos das pessoas com 65 anos ou mais.
- C) A Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, estabelece que as pessoas idosas com mais de 80 anos sempre terão preferência especial no atendimento de saúde em relação às demais pessoas idosas.
- D) **A Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, estabelece que seja assegurada prioridade especial às pessoas idosas maiores de 80 anos, no atendimento de suas necessidades, em relação às demais pessoas idosas.**
- E) A Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, em seu Art. 34, assegura o benefício mensal de um salário mínimo às pessoas idosas a partir de 60 anos de idade, que comprovem não dispor de meios para prover o seu sustento.

Justificativa:

Alternativa D, CORRETA. Conforme Art. 3º, § 2º, “Entre as pessoas idosas, é assegurada prioridade especial aos maiores de 80 (oitenta) anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação às demais pessoas idosas.”

Alternativa A, INCORRETA. Conforme Art. 15, § 2º, “Incumbe ao poder público fornecer às pessoas idosas, gratuitamente, medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.”

Alternativa B, INCORRETA. Conforme o Art. 1º, o Estatuto da Pessoa Idosa destina-se “a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.”

Alternativa C, INCORRETA. Conforme Art. 15, § 7º, “Em todo atendimento de saúde, os maiores de 80 (oitenta) anos terão preferência especial sobre as demais pessoas idosas, exceto em caso de emergência.”

Alternativa E, INCORRETA. O Art. 34 refere-se ao benefício assistencial, no valor de um salário mínimo, para as pessoas idosas a partir de 65 anos, conforme dispõe a Lei Orgânica da Assistência Social.

Referência

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.741.htm Acesso em: 01 jun. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo: número de idosos no Brasil cresceu 57,4% em 12 anos. Secretaria de Comunicação Social. Publicado em 27/10/2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/censo-2022-numero-de-idosos-na-populacao-do-pais-cresceu-57-4-em-12-anos> Acesso em: 01 jun. 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Serviço Social
Eixo Temático	Política social
Tema	Política de proteção à pessoa idosa
Tópico do Conteúdo	Políticas sociais e legislações voltadas a segmentos específicos: infância e juventude, pessoa idosa, mulheres, pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas, afro-brasileiros, população em situação de rua.

55) No bojo da luta em defesa dos direitos humanos situa-se a luta pelo reconhecimento e efetivação dos direitos da pessoa com deficiência. Tema pertinente ao campo de atuação dos/as assistentes sociais considerando-se o compromisso ético manifesto no princípio da “defesa intransigente dos direitos humanos”, dentre outros.

- I. O capacitismo configura-se como práticas preconceituosas e discriminatórias contra as pessoas com deficiência.
- II. A luta pelo reconhecimento dos direitos da pessoa com deficiência no Brasil teve início da década de 2000, quando foi aprovada, pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência.
- III. Ao longo das últimas décadas, vários dispositivos legais relativos aos direitos da pessoa com deficiência foram aprovados, dentre eles, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
- IV. Dentre as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência estão as barreiras atitudinais, portanto, é urgente e necessário combater o anticapacitismo.

A alternativa que traz as afirmativas **CORRETAS** é:

- A) I, IV.
- B) I, III.
- C) II, IV.
- D) I, II.
- E) III, IV.

Justificativa

Alternativa I, CORRETA. Conforme Sperfeld e Tillmann (2021, p. 49), “O capacitismo passa a designar então as atitudes preconceituosas relacionadas às pessoas com deficiência [...]”.

Alternativa III, CORRETA. Conforme Brasil (2015).

Alternativa II, INCORRETA. Conforme Sperfeld e Tillmann (2021, p. 52), “No Brasil as lutas por respeito e reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência tiveram início nos anos de 1980.” A Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência da ONU data de 1975.

Alternativa IV, INCORRETA. O correto é combater o capacitismo, objetivo da luta anticapacitista.

Referência

SPERFELD, Paula Camilo. TILLMANN, Luana. Serviço Social, direitos humanos e a luta anticapacitista. *Revista Humanidades em Perspectivas*, Curitiba, v. 3, n. 6, p. 42-57, 2021.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Presidência da República. Secretaria Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 06 jun. 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Serviço Social
Eixo Temático	Política social
Tema	Política de proteção à pessoa com deficiência
Tópico do Conteúdo	Políticas sociais e legislações voltadas a segmentos específicos: infância e juventude, pessoa idosa, mulheres, pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas, afro-brasileiros, população em situação de rua.

56) “A existência de pessoas vivenciando situação de rua não é uma realidade nova, é um fenômeno que ocorre desde a antiguidade. Ao longo dos anos, essa população ganhou diferentes nomes, conforme a realidade do período histórico: mendigos, vagabundos, andarilhos, transeuntes, vadios, pedintes, moradores de rua, entre outros.” (MATOSO, 2023, p. 40). Entretanto, somente em 2009 foi instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua, pela Lei nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Especificamente no que se refere ao direito à saúde, Matoso (2023) apontou uma série de entraves no tocante ao acesso da população em situação de rua.

Analise as assertivas abaixo:

- I. O acesso da população em situação de rua à saúde é impedido pela exigência do comprovante de residência para obter o Cartão do SUS, bem como do documento de identidade, sem os quais o cidadão não tem direito de acessar aos serviços de atenção básica.
- II. A criação dos consultórios na rua dificultou a vinculação da população em situação de rua aos territórios das unidades de atenção básica, impedindo o acompanhamento.
- III. A existência de ações intersetoriais e de estratégias para reduzir o abandono e melhorar a adesão aos serviços de saúde é condição para prover o cuidado integral à população em situação de rua.

A alternativa **CORRETA** é:

- A) As afirmações I e III estão corretas.
- B) Apenas a afirmação I está correta.
- C) Apenas a afirmação II está correta.
- D) As afirmações I e II estão corretas.
- E) **Apenas a afirmação III está correta.**

Justificativa

Alternativa E, CORRETA. Afirmação III está correta, conforme Matoso (2023, p. 45).

Alternativa A, INCORRETA. A incorreção dá-se pela presença da afirmação I, incorreta, conforme Matoso (2023, p. 41), embora a afirmação III esteja correta.

Alternativa B, INCORRETA. Afirmação I está incorreta, estão dispensados de comprovante de residência a população em situação de rua, bem como outros grupos sociais, conforme Matoso (2023, p. 41).

Alternativa C, INCORRETA. Afirmação II está incorreta, a criação do Consultório de Rua facilitou o acesso da população em situação de rua à saúde, Conforme Matoso (2023, p. 42).

Alternativa D, INCORRETA. As afirmações I e II estão incorretas, conforme Matoso (2023).

Referência

MATOSO, Marcell. A população em situação de rua e o direito à saúde. *Revista Humanidades em Perspectiva*, Curitiba, v. 5, n. 11, p. 38-51, 2023.

Nível	Superior
Disciplina	Serviço Social
Eixo Temático	Política social
Tema	Política de proteção à pessoa em situação de rua
Tópico do Conteúdo	Políticas sociais e legislações voltadas a segmentos específicos: infância e juventude, pessoa idosa, mulheres, pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas, afro-brasileiros, população em situação de rua.

57) “De um modo geral, o racismo é considerado uma ideologia que justifica a existência de supremacia de uma raça sob a/s outra/s e privilégios dela decorrentes.” (SANTOS, 2020, p. 70). O combate ao racismo constitui um

compromisso ético da categoria dos/as assistentes sociais, tema que tem estado presente em discussões, publicações e campanhas promovidas pelo Conselho Federal de Serviço Social.

Sobre o racismo é **INCORRETO** afirmar:

- A) Do ponto de vista científico, a existência de raças está superada, assim como do ponto de vista cultural, legal e social, como resultado de investimentos realizados nos últimos anos, incluindo a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, em 2010.
- B) No Brasil, as violências praticadas contra a população negra estão presentes desde o período escravocrata, tendo continuado mesmo após a abolição, com a Lei Áurea.
- C) A necropolítica, termo utilizado pelo filósofo Achille Mbembê, refere-se aos dispositivos voltados ao controle, exclusão e extermínio de populações consideradas indesejadas, praticadas e legitimadas por agentes estatais, como as práticas dirigidas para a população negra, sobretudo, nos territórios periféricos.
- D) Para combater o racismo as medidas que visam reduzir as desigualdades econômicas mostram-se insuficientes, é preciso avançar na construção de uma justiça racial, com reparação e restituição de direitos.
- E) No Brasil, o racismo é estrutural, ou seja, constitui elemento fundante da sociedade, sendo funcional ao modelo de capitalismo aqui instituído.

Justificativa

Alternativa A, INCORRETA. Conforme Santos (2020, p. 71), a superação científica não se reflete na superação cultural e social.

Alternativa B, CORRETA. Conforme Santos (2020, p. 79).

Alternativa C, CORRETA. Conforme Santos (2020, p. 79-80).

Alternativa D, CORRETA. Conforme Lourenço (2023, p. 94).

Alternativa E, CORRETA. Conforme Correia e Alcantara (2023, p. 58).

Referência

CORREIA, Aline Nascimento Santos. ALCANTARA, Itamires Lima Santos. Serviço Social e questão racial no Brasil: aportes para o debate. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, v. 146(1), p. 56-74, 2023.

LOURENÇO, Cristiane. Uma sociedade desigual: reflexões a respeito de racismo e indicadores sociais no Brasil. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, v. 146(1), p. 75-96, 2023.

SANTOS, Josiane Soares. A gente enfrenta o racismo no cotidiano: combate ao racismo institucional e o exercício profissional de assistentes sociais. In: CFESS – Conselho Federal de Serviço Social (Org.). *Assistentes Sociais no Combate ao Racismo*. Brasília (DF), 2020.

Nível	Superior
Disciplina	Serviço Social
Eixo Temático	Política social
Tema	Política de promoção da igualdade racial
Tópico do Conteúdo	O Serviço Social no combate ao racismo, a homofobia e ao machismo.

- 58) Pereira e Lemos (2021, p. 531) afirmam que “A população trans e travesti faz parte da parcela da população usuária do Serviço Social e é fortemente afetada pelo binarismo de gênero e pelo conservadorismo das relações sociais (CFESS, 2016). Aqueles que se reconhecem dentro da transgeneridade, da travestilidade e do não binarismo de gênero sofrem com as consequências de uma sociedade cisgênera, heterossexista e patriarcal.” Portanto, tal realidade exige dos/as assistentes sociais capacitação para que possam responder as demandas desta população na perspectiva da “[...] promoção de uma cultura de respeito à diversidade de expressão e identidade de gênero, a partir de reflexões críticas acerca dos padrões de gênero estabelecidos socialmente” (CFESS, 2018, p. 2, apud PEREIRA; LEMOS, 2021, p. 531).

Associe as colunas abaixo, segundo a definição das autoras:

- 1. Transgeneridade. () Trata-se de “identidade variante do feminino, considerando que as travestis vivem e se apresentam socialmente como pertencentes ao gênero feminino” (PEREIRA; LEMOS, 2021, p. 530).
- 2. Identidade de gênero. () Refere-se à pessoa que “não se identifica com o sexo biológico designado ao nascer” (PEREIRA; LEMOS, 2021, p. 530).
- 3. Travestilidade.
- 4. Binarismo de gênero.

-
- () Refere-se ao sistema que “produz e reproduz a ideia de que o gênero, determinado quando uma criança nasce, é refletido a partir do sexo biológico” (PEREIRA; LEMOS, 2021, p. 530).
- () Refere-se ao modo “como alguém se sente e se apresenta no mundo, sem que isso implique uma relação direta e inevitável com o sexo biológico”. (PEREIRA; LEMOS, 2021, p. 530).

A sequência **CORRETA** da associação, de cima para baixo, é:

- A) 1, 4, 3, 2.
B) 3, 1, 4, 2.
C) 2, 4, 3, 1.
D) 4, 2, 1, 3.
E) 4, 3, 1, 2.

Justificativa

Alternativa B, CORRETA. Conforme definições apresentadas por Pereira e Lemos (2021, p. 530).

Referência

PEREIRA, Bárbara Cristina Silva. LEMOS, Silse Teixeira de Freitas. O trabalho do/a assistente social no atendimento à população transgênero e travesti. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 142, p. 529-548, set./dez. 2021.

Nível	Superior
Disciplina	Serviço Social
Eixo Temático	Política social
Tema	Promoção da cultura de respeito à diversidade de gênero
Tópico do Conteúdo	O Serviço Social no combate ao racismo, a homofobia e ao machismo.

-
- 59) A Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, segundo a Constituição Federal.

Em relação à Lei de Improbidade Administrativa, é **INCORRETO** afirmar:

- A) A autoridade judicial competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, do emprego ou da função, por até 90 dias, sem remuneração, quando for necessário à instrução processual ou para evitar a iminente prática de novos ilícitos.
- B) Configura-se como conduta tipificada como ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração: revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado.
- C) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- D) É dever do poder público oferecer contínua capacitação aos agentes públicos e políticos que atuem com prevenção ou repressão de atos de improbidade administrativa.
- E) Configura-se como ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito: receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.

Justificativa

Alternativa A, INCORRETA. Conforme Art. 20, § 1º, da Lei nº 8.429/1992, o afastamento é “sem prejuízo da remuneração”.

Alternativa B, CORRETA. Conforme Art. 11, III, da Lei nº 8.429/1992.

Alternativa C, CORRETA. Conforme Art. 14 da Lei nº 8.429/1992.

Alternativa D, CORRETA. Conforme Art. 23-A, da Lei nº 8.429/1992.

Alternativa E, CORRETA. Conforme Art. 9º, X, da Lei nº 8.429/1992.

Referência

BRASIL. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm Acesso em: 01 jun. 2024

Nível	Superior
Disciplina	Serviço Social
Eixo Temático	Compliance
Tema	Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, Lei de Improbidade Administrativa
Tópico do Conteúdo	Lei federal anticorrupção 12.846/2013, Lei de Improbidade Administrativa 8.429/1992.

60) A Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, também conhecida como Lei anticorrupção, versa “sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira” (BRASIL, 2013).

Em relação à Lei nº 12.846, de 2013, é **INCORRETO** afirmar:

- A) Constitui ato lesivo de que trata a Lei anticorrupção: fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente.
- B) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.
- C) A autoridade competente que, tendo conhecimento das infrações previstas nesta Lei, não adotar providências para a apuração dos fatos será responsabilizada penal, civil e administrativamente nos termos da legislação específica aplicável.
- D) São atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira: prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada.
- E) **Instaurar e julgar processos administrativos para apurar a responsabilidade de pessoa jurídica constituem atribuições do Ministério Público Federal e do Poder Judiciário, respectivamente.**

Justificativa

Alternativa E, INCORRETA. Conforme “Art. 8º A instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica cabem à autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que agirá de ofício ou mediante provocação, observados o contraditório e a ampla defesa.” (BRASIL, 2013).

Alternativa A, CORRETA. Conforme Art. 5º, IV, d, da Lei Nº 12.846/2013.

Alternativa B, CORRETA. Conforme Art. 2º, da Lei Nº 12.846/2013.

Alternativa C, CORRETA. Conforme Art. 27, da Lei Nº 12.846/2013.

Alternativa D, CORRETA. Conforme Art. 5º, I, da Lei Nº 12.846/2013.

Referência

BRASIL. Lei Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12846-1-agosto-2013-776664-normaatualizada-pl.html> Acesso em: 01 jun. 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Serviço Social
Eixo Temático	Compliance
Tema	Lei nº 12.846, de 1 de agosto de 2013, Lei federal anticorrupção
Tópico do Conteúdo	Lei federal anticorrupção 12.846/2013, Lei de Improbidade Administrativa 8.429/1992.